

DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO

Microrregião Central Sul

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Eneida Maria Souza Mendonça

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Eneida Maria Souza Mendonça
Giovanilton André Carretta Ferreira
Michela Sagrillo Pegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce

AT TERRITÓRIO

Michela Sagrillo Pegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce
Maiara dos Santos Dias

AT AMBIENTAL

André Luiz Nascentes Coelho
Vitor Silva de Miranda

AT SOCIAL

Maria Helena Elpídio Abreu
João Paulo Silva Valdo
Rômulo Croce
Gustavo Zamproni Gomes

AT CULTURA

Viviane Lima Pimentel
Thaíssa da Cunha Fugolin

AT ECONOMIA

Aminthas Loureiro Júnior
Fábio Loureiro Prates
Jordana Teatini Duarte

AT GESTÃO PÚBLICA

Gilton Luís Ferreira
Larissa Bussolar Franquini
Luna Ferraço Arruda
Roberto Cabral Júnior

AT LOGÍSTICA, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

Patrícia Stelzer da Cruz
Hayandra Romualdo Pessi

AT SANEAMENTO

Renato Ribeiro Siman
Carolina Ibelli Bianco

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Sumário

Apresentação.....	5
1. Conceitos e premissas do Arranjo 1 para elaboração do diagnóstico e das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS	5
2. Metodologia do Arranjo 1 para a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS8	
3. Macro Diretrizes e Diretrizes do Arranjo 1 para o Plano de Ação do PDRS	15
Apêndice 1.....	76
Apêndice 2.....	77
Apêndice 3.....	78
Apêndice 4.....	79
Apêndice 5.....	80
Apêndice 6.....	81
Referências Bibliográficas	82

Apresentação

O documento apresenta os aspectos metodológicos e as diretrizes elaboradas pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, Microrregião Central Sul, que visam subsidiar a construção, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES.

O PDRS é um produto do Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como copartícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

As 9 microrregiões de planejamento do Espírito Santo objeto de estudo do PDRS foram agrupadas em 4 arranjos sob a responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. O Arranjo 1 composto pelas microrregiões Litoral Sul e Central Sul é coordenado pela UFES e conta com uma equipe multidisciplinar com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da Universidade e também professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e instituições do Espírito Santo.

É importante ressaltar o ineditismo desta experiência do projeto de pesquisa DRS sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, que representa algo novo no subsídio ao planejamento regional do estado do Espírito Santo. Cumpre salientar o sentido crítico dos estudos desenvolvidos, qual seja, uma abordagem da realidade regional voltada para a compreensão da totalidade. Assim, para além dos estudos analíticos, parciais e operativos, dos vários aspectos abordados, busca-se sua rearticulação com a totalidade. Ou seja, uma totalidade concreta como ela se apresenta neste mundo globalizado, uma totalidade empírica, que examine “as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa”, reexaminando-o (SANTOS, 2005).

Neste contexto, a validade e o sentido último desta experiência dependem de sua continuidade, que deverá consolidar um processo de planejamento e gestão crítico e permanente.

Este produto da pesquisa DRS, contempla as diretrizes que deverão subsidiar o plano de ação e complementa outros dois produtos anteriores da pesquisa, a saber: o Diagnóstico Integrado da Microrregião Central Sul e o Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Central Sul.

1. Conceitos e premissas do Arranjo 1 para elaboração do diagnóstico e das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS

Para a elaboração do diagnóstico e das diretrizes que subsidiarão a preparação, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS/ES, a equipe de pesquisadores do Arranjo 1 adotou alguns **conceitos** e **premissas** que orientam e direcionam toda a pesquisa.

Conceito estruturador da pesquisa DRS, o **território** se apresenta, simultaneamente, como variável constitutiva e analítica chave para a compreensão da complexa realidade e do cambiante contexto em que se vive. Daí a relevância de valorizar, na análise e na proposição, a dimensão territorial dos processos sociais, das dinâmicas econômicas, e das políticas públicas que, por sua vez, também apresentam e produzem um conteúdo diverso e abrangente (FREITAS, 2020).

Entende-se o território como base e extensão da natureza, da circulação, da moradia, da economia, da cultura, portanto, da vida. Como ilumina Santos (2005), não é o território em si a categoria de análise social, mas, o território usado, que é simultaneamente material e social, em constante mudança, território em processo, composto por uma dialética, como o espaço geográfico.

As especificidades culturais, técnicas e ambientais de cada território, bem como as suas dinâmicas socioeconômicas e político-institucionais, devem igualmente condicionar e influenciar a definição, criação e implementação de políticas públicas no território voltadas para alcançar um desenvolvimento socioespacial.

Nesta perspectiva o conceito de **desenvolvimento socioespacial** adotado é entendido como uma mudança social positiva, que não pode ser definido à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios e particularidades histórico-geográficas, e que deve, incondicionalmente, articular melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (SOUZA, 2002). Mais justiça social e uma melhoria da qualidade de vida são parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia.

Dentro desse marco teórico que orienta e direciona o trabalho do PDRS Arranjo 1, Santos (1987, 1999, 2004) e Souza (2002), de forma complementar sugerem uma mudança de enfoque do desenvolvimento, ligados à recuperação do cidadão, propondo a ideia de um modelo cívico autônomo, não subordinado ao modelo econômico, partindo do cidadão para a economia e não do contrário, como ocorre atualmente. Esse modelo forma-se, entre outros, predominantemente, de dois componentes essenciais: a cultura e o território.

A **cultura**, conforme Santos (1987), forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. A cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é a amalgama e que inclui o processo produtivo e as práticas sociais. Assim como cidadania e cultura mantêm uma relação íntegra de significação, da mesma forma, cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos.

Refletir e planejar o desenvolvimento regional pela perspectiva do território deve considerá-lo como mais que um simples conjunto de objetos, que se articulam com o trabalho, a circulação e o morar, mas também, um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele se mantém (SANTOS, 1997).

O desenvolvimento regional exige um olhar atento em relação à diversidade do território, como bem demonstraram Tânia Bacelar de Araújo e Darcy Ribeiro, citados por Freitas (2020). O território brasileiro traz intrinsecamente a marca da diversidade, um ativo que pode ser usado positivamente na política de desenvolvimento regional, nas políticas públicas em geral, e nas

territoriais em particular. Permite assim, fugir das tradicionais intervenções sobre o território que trazem a marca exclusiva da atração de investimentos para as regiões-alvo, como foram (e ainda são) as experiências da SUDENE, SUDAM, SUDECO e Zona Franca de Manaus, por exemplo.

Como orientações para o trabalho do PDRS Arranjo 1 parte-se, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019, do entendimento de que **o desenvolvimento regional deve ser compreendido de forma multidimensional**. Para tanto é necessário **reconhecer as desigualdades regionais/microrregionais em múltiplas escalas de intervenção, orientar políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial por meio de instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, de modo a facilitar a cooperação entre os entes federados e a coordenação horizontal para sua efetiva implementação** (BRASIL, 2019).

Neste contexto, ainda conforme a PNDR, o desenvolvimento regional deve se orientar pelos seguintes objetivos, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 9.810/2019:

Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões (microrregiões) e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;

Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento;

Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional;

Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade (BRASIL, 2019).

De forma complementar aos conceitos e orientações iniciais estabelecidos, e no intuito de direcionar e operacionalizar tanto a elaboração do diagnóstico, quanto das diretrizes que subsidiarão o plano de ação do PDRS, foram adotadas as seguintes **premissas**:

O Território como elemento integrador de políticas públicas: pensar em políticas públicas, seja na sua formulação, implementação ou execução, monitoramento é, fundamentalmente analisar como o público alvo da referida política produz seus espaços, em especial seus territórios. Possibilita-se assim, a análise das relações espaciais das políticas públicas, desde o seu substrato físico até as relações sociais que (re)constróem constantemente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade.

Articulação de escalas na construção de políticas públicas: as expressões e representações da vida cotidiana estão imersas em configurações escalares que vão do corpo ao comunitário, ao urbano, ao regional, ao global. Não são elementos dados e constituídos previamente, mas sim produzidos em ambientes heterogêneos, conflitantes e de embates (SMITH, 1993). Adota-se a necessária articulação das escalas, dentro de uma perspectiva relacional que procura destacar o caráter histórico, socialmente construído e dinâmico das escalas.

Capacidade Institucional para o desenvolvimento regional: a capacidade institucional tem sido objeto de atenção por parte de organismos internacionais e governos, sobretudo no que diz respeito a elaboração / implementação / avaliação / monitoramento de políticas públicas. Entendida de forma simplificada como “estrutura e os processos organizacionais e administrativos de instituições públicas e privadas que viabilizam objetivos e metas

concretizados em setores, programas e projetos” (MARTINS e FERNANDES, 2015, p. 815), deverá se apresentar como aspecto fundamental e transversal a todos os temas a serem trabalhados no PDRS, visto que está diretamente relacionada à governabilidade, à transparência e à eficácia da ação pública (FERNANDES, 2016), aspectos decisivos para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Sustentabilidade: diferentes matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade, o que acaba levando, a uma noção que se pode recorrer para tornar objetivas, diferentes representações e ideias. Ressalta-se também, uma luta simbólica e de relações de poder, que se abre e que deve ser considerada, nos processos de desenvolvimento, pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade (ACSELRAD, 2001). Considerando estas imprecisões e com base nas orientações do plano de trabalho do PDRS, adota-se a noção de sustentabilidade submetida à lógica das práticas, que se articulam a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso/políticas públicas pretende tornar realidade objetiva. Parte-se de uma relação temporal (presente-futuro) que considera “sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável” (ACSELRAD, 2001 p. 29), com forte atenção à questão ambiental, certamente, somadas à sustentabilidade econômica e social, mas também com especial atenção à sustentabilidade política e cultural (MINAS GERAIS, 2011).

2. Metodologia do Arranjo 1 para a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS

A partir do referencial teórico, das premissas estabelecidas e da necessidade de buscar uma integração e interdisciplinaridade na elaboração do PDRS – Arranjo 1 foi definida uma metodologia geral do Arranjo 1, que direcionou a divisão temática, a composição e estrutura organizacional da equipe, as atividades/ações conjuntas desse arranjo, o processo de participação social, a consolidação do diagnóstico integrado e a elaboração das diretrizes, objeto deste produto.

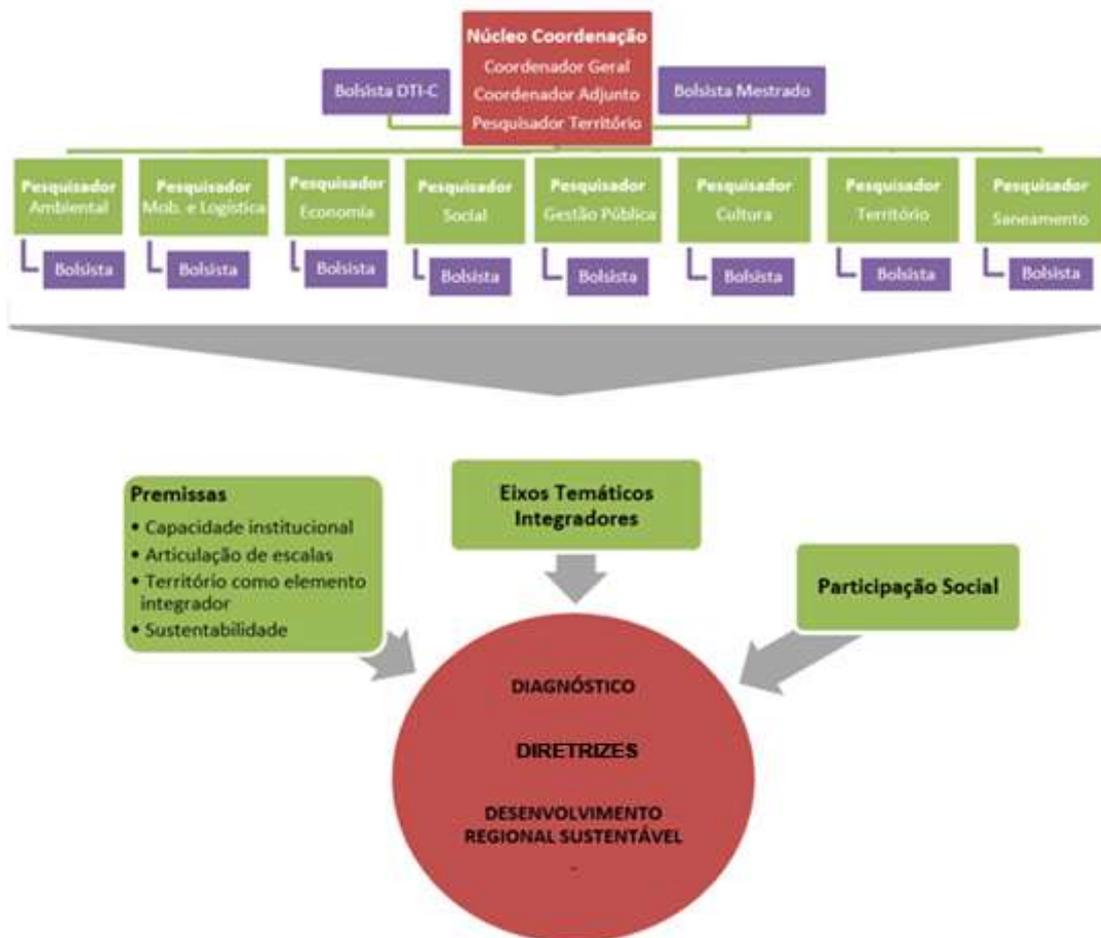
Neste sentido, cabe ressaltar alguns aspectos da metodologia geral do arranjo para o melhor entendimento da construção das diretrizes do PDRS. A estrutura organizacional do Arranjo 1, sintetizada na Figura 1, apresenta um Núcleo de Coordenação (NC) composto por um grupo de pesquisadores responsáveis pela coordenação técnica e administrativa da pesquisa. Compõem o NC a coordenadora geral, representante da Universidade Federal do Espírito Santo, o coordenador adjunto, o pesquisador responsável pela Área Temática Território e dois pesquisadores de apoio às atividades técnicas e administrativas do NC. Cada Área Temática (AT) é composta por um professor pesquisador responsável, auxiliado por um ou mais bolsistas pesquisadores de apoio à AT. Foi fundamental a participação de pesquisadores voluntários, na composição da equipe técnica do Arranjo 1, com importantes contribuições para a pesquisa, em função dos recursos financeiros disponibilizados pelo convênio, para esse arranjo, terem sido inferiores em relação aos demais.

Os Pesquisadores das Áreas Temáticas (PAT) compõem um grupo multidisciplinar de pesquisadores, com experiência de participação em processos de planejamento do território, responsáveis no Arranjo 1 pela elaboração dos estudos temáticos do Diagnóstico Integrado, bem como, em conjunto com o Núcleo de Coordenação, pela elaboração das Diretrizes para o Plano de Ação.

No intuito de romper com as análises setoriais isoladas/lineares do diagnóstico e extrair evidências integradas para a elaboração do diagnóstico e das diretrizes, foram adotadas algumas ações principais: seminários internos de pesquisa do Arranjo 1, ações/atividades relacionadas ao processo de participação social e para a consolidação do diagnóstico, elaboração das diretrizes e definição de Eixos Temáticos Integradores (ETI).

A estrutura organizacional, divisão temática e os elementos integradores do Diagnóstico e das Diretrizes para o Plano de Ação do Arranjo 1 estão sintetizados a seguir:

Figura 1: Estrutura organizacional do arranjo 1.



Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2020.

Em função do contexto de incertezas, insegurança e excepcionalidade gerados pela pandemia de coronavírus (Covid-19) foi pactuado com a coordenação técnica do DRS (IJSN), que todas as atividades envolvendo a equipe técnica do Arranjo 1 seriam realizadas pelo modo tele presencial e em função disso, foi alterada e justificada a composição do orçamento, com aprovação da FAPES. A situação resultou na impossibilidade de realização de trabalhos de campo, bem como

na realização de todas as ações do processo de participação social por meio de videoconferências.

Para a operacionalização dos trabalhos e elaboração dos produtos previstos no Plano de Trabalho da pesquisa DRS foram realizados 4 tipos de atividades de interação, entre a equipe técnica da pesquisa, parceiros institucionais do DRS e atores sociais externos, a destacar:

- 1 Reuniões internas do Núcleo de Coordenação: reuniões de planejamento/trabalho das ações internas dos pesquisadores do Arranjo 1;
- 2 Reuniões externas com parceiros institucionais do DRS: reuniões de alinhamento e acompanhamento dos trabalhos envolvendo o NC do Arranjo 1, os demais arranjos e os parceiros institucionais do DRS;
- 3 Seminário Interno de Pesquisa do Arranjo 1: reuniões semanais de trabalho integrado envolvendo toda a equipe de pesquisadores do Arranjo 1;
- 4 Atividades do processo de participação social: conjunto de ações, realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2020, voltadas para captar as demandas, os interesses, os problemas e as potencialidades junto aos atores sociais das microrregiões.

Considerando as limitações supracitadas relacionadas com a pandemia do Covid-19, o tempo/recursos disponíveis e a realização das eleições municipais no mesmo período, foram definidas as seguintes ações no processo de participação social de apoio ao diagnóstico e às presentes diretrizes, cuja metodologia e resultados estão detalhados no diagnóstico integrado:

- Seminários de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arranjo 1, no formato de *lives* (canal YouTube: PDRS Arranjo 1);
- Pesquisa qualitativa *online* com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Seminários de Participação Social com os Conselhos de Desenvolvimento Regional das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Contato com os 16 municípios das microrregiões para levantamento de dados e contatos voltados para a realização de reuniões/entrevistas com atores sociais estratégicos dos municípios;
- Reuniões e entrevistas por vídeo conferência promovidas pelos pesquisadores das Áreas Temáticas com representantes estratégicos do governo do estado do Espírito Santo, das prefeituras municipais e atores sociais das microrregiões;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade institucional com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre a gestão fiscal com os secretários de finanças dos 16 municípios das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade organizacional com os secretários de administração dos 16 municipais das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul.

Para a consolidação e finalização do diagnóstico integrado foram realizadas algumas ações específicas, nos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 e nas Reuniões internas do Núcleo de Coordenação, nos meses de novembro/dezembro de 2020.

Em um primeiro momento, nos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 foram realizadas as seguintes ações: apresentação dos resultados de cada área temática por meio de quadro síntese, com o intuito de realizar o acompanhamento dos trabalhos; adequação aos itens solicitados na Nota Técnica 05 (IJSN, 2020a); identificação dos atores sociais envolvidos na pesquisa e a serem contactados; principais apontamentos do diagnóstico da área temática em relação às características principais, potencialidades, problemas e conflitos; interface com outras áreas temáticas e necessidade de complementação de informações no diagnóstico.

Em um segundo momento, foram apresentadas e debatidas as conclusões dos diagnósticos das microrregiões e os desafios para o Plano de Ação visando o desenvolvimento regional sustentável. Na oportunidade foi utilizado o aplicativo *Padlet*, ferramenta para registro da interação, entre a equipe de pesquisadores. Desta forma, cada pesquisador, ao final de sua apresentação, recebeu as contribuições, indicações de adequações/complementações e necessidades de integração registradas, no quadro virtual, compartilhado por toda a equipe. Os apontamentos foram utilizados pelos PAT para a finalização dos diagnósticos e pelo NC para a consolidação das evidências integradas.

Por fim, o NC, com base no conteúdo trabalhado nas duas ações anteriores, a leitura dos diagnósticos das AT e reuniões específicas, realizou a consolidação e finalização do diagnóstico integrado.

Tanto a consolidação do diagnóstico integrado, no seu item 5 (evidências integradas para o plano de ação), quanto a estruturação das diretrizes foram organizadas com base nos Eixos Integradores (EI), que buscam estimular a transversalidade entre as Áreas Temáticas (AT) trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das Diretrizes de forma sistêmica e integrada. Os quatro EI definidos cumprem também, o importante papel de sinalizar para as questões prioritárias identificadas no diagnóstico das microrregiões, sendo eles:

Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural.

O Eixo Integrador 1 expõe a centralidade que a questão ambiental e cultural assumem no mundo contemporâneo, conforme apontam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), bem como a realidade demonstrada sobre a Microrregião. Neste sentido, considerando as características, potencialidades e fragilidades apontadas sobre a Microrregião Central Sul, busca-se adotar a conservação dos recursos naturais, com especial atenção aos recursos hídricos e as suas bacias hidrográficas como referenciais geográficos para o planejamento e manejo, uma unidade básica e comum regional para o gerenciamento ambiental. Compreende-se esse recurso natural como âncora dos processos regionais de desenvolvimento, elemento integrador das temáticas abordadas no diagnóstico e que deve envolver além das instituições e atores sociais tradicionais que trabalham com os recursos hídricos, a comunidade, as empresas, a propriedade privada e os municípios, todos responsáveis pela sustentabilidade.

A abordagem Cultural proposta visa superar a concepção materialista que restringe a produção cultural ao conjunto de objetos produzidos. Ao contrário de identificar fronteiras ou limites, e restringir o cultural à esfera bem delimitada do espaço social, busca-se trabalhar em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política (HAESBAERT, 2008). Essa abordagem cultural integradora, por sua vez, remete ao conceito de território.

Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

O Eixo Integrador redução das desigualdades socioespaciais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a realidade diagnosticada na Microrregião Central Sul atua em uma perspectiva territorial e social, entendida como um processo no qual interagem as condições do território (estrutura de oportunidades) e as potencialidades da população que nele habita, visando a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Busca-se assim atuar na desigualdade de renda e na distribuição da riqueza dentro da Microrregião, nas condições materiais e imateriais de produção e reprodução da vida social, intervindo nas circunstâncias de pauperização, desemprego, discriminação, violências e de exclusão socioespacial dentre outras, que produzem populações vulnerabilizadas, invisibilizadas ou ainda, tidas como subalternizadas, com especial atenção às pessoas negras, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Eixo integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura.

O Eixo Integrador desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura parte de uma visão crítica em relação à fragilidade estrutural da economia do Espírito Santo, com claros rebatimentos na Microrregião Central Sul, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis e limitada base tecnológica/científica. Neste sentido, o eixo direciona o processo de desenvolvimento regional diretamente associado à diversificação da produção, de maneira articulada aos processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos, e que garanta a produção, circulação e distribuição de bens, serviços e conhecimento com sustentabilidade ambiental para além do discurso, incorporando-a na prática, sem a qual não pode haver a sustentabilidade social e econômica. Trata-se de mudança estrutural que deve ocorrer a partir da utilização dos fatores e capacidades já existentes, por meio de um processo de "autodescoberta", com novos propósitos e prioridades. Neste processo, em consonância com as orientações do Banco Mundial (2012), os projetos infraestruturais devem possuir um caráter "transformacional", com iniciativas que produzam sinergias entre setores (transversalidade), visem à proteção do meio-ambiente (verdes), ao desenvolvimento social (inclusão) e à geração de benefícios territoriais (espaço).

Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

Considerando a transversalidade do tema, bem como a fragilidade identificada nas várias Áreas Temáticas do diagnóstico em relação à capacidade da gestão pública para a implementação dos planos e projetos relacionados aos processos de desenvolvimento socioespaciais na Microrregião Central Sul, o quarto e último Eixo Integrador busca articular a capacidade institucional para o desenvolvimento regional. O Eixo atua no conjunto de capacidades necessárias às instituições para a consecução dos objetivos de interesse público, remetendo à necessidade de gerir com eficácia a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos do desenvolvimento regional sustentável. O Eixo atua no sentido de permitir tanto a expressão de valores instrumentais como políticos, não se limitando apenas aos meios, mas incorporando também valores sociais.

Com base nos Eixos Integradores e nas evidências integradas do diagnóstico foi estruturada uma matriz para orientar a elaboração das diretrizes pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, conforme Figura 2, que segue abaixo.

Considera-se, na metodologia do Arranjo 1, Diretriz a orientação que irá guiar e direcionar os rumos da elaboração das ações. São esses direcionamentos estabelecidos pelas diretrizes que deverão definir e regular o caminho a ser seguido pelo Plano de Ação. Neste sentido, as Diretrizes apresentadas neste documento, conformam o conjunto de instruções ou indicações para construção do Plano de Ação do PDRS, pelo governo do estado.

De forma articulada à definição supracitada, a metodologia do Arranjo 1 estruturou os trabalhos de formulação das diretrizes junto aos PAT de modo a alcançar macro diretrizes e respectivas diretrizes, vinculadas a cada um dos Eixos Integradores. A Macro Diretriz conforma uma orientação mais ampla e global que articula o conjunto de diretrizes, busca expressar o objetivo maior a ser alcançado com a implementação destas e os rumos a serem seguidos pela Microrregião no sentido do almejado desenvolvimento regional sustentável.

A matriz para elaboração das Diretrizes, nas 2 primeiras linhas da sua parte superior, apresenta a identificação da Microrregião (1. DIRETRIZES MICRORREGIÃO...) e do Eixo Integrador relacionado (2. EIXO INTEGRADOR...). Na terceira linha, é apresentada a Macro Diretriz (3. MACRO DIRETRIZ...), que articula o conjunto de diretrizes contidas na matriz.

Para a organização das diretrizes foram definidas três colunas de informações. Na primeira coluna (4. Evidências integradas do diagnóstico), são recuperadas de forma sintética as evidências integradas do diagnóstico (conclusões), que reúnem os principais potencialidades/desafios e problemas/fragilidades identificados na Microrregião, conforme resultados já indicados nos documentos referentes ao Diagnóstico Integrado da Microrregião Central Sul e o Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Central Sul.

Direcionados pelo Eixo Integrador e pela Macro Diretriz, e objetivando agir em relação às evidências/conclusões do diagnóstico, a segunda coluna (5. Diretrizes) apresenta as diretrizes que subsidiarão o plano de ação do PDRS. Cabe ressaltar que as respostas em termos de diretrizes, para cada uma das evidências integradas do diagnóstico apresentadas na matriz, não estão limitadas às diretrizes apresentadas na mesma linha das evidências. Considerando a integração e a complementaridade existente entre as diretrizes, a atuação destas em relação às evidências do diagnóstico devem ser consideradas no conjunto das diretrizes contidas em cada Macro Diretriz.

A terceira coluna (6. Horizonte Temporal) indica quais das cinco áreas temáticas prioritárias, definidas no Plano de Trabalho do DRS (Território, Ambiental, Social, Economia e Gestão Pública) estão relacionadas/articuladas com as diretrizes apresentadas. Ainda nesta terceira coluna é apresentado, para cada uma das diretrizes, o horizonte temporal considerado para a sua implementação, a saber: curto prazo – 4 anos; médio prazo – 10 anos; longo prazo – 15 anos.

Figura 2: Matriz de orientação para elaboração das Diretrizes propostas pelo Arranjo 1

1. DIRETRIZES MICRORREGIÃO		
2. EIXO INTEGRADOR		
3. MACRO DIRETRIZ:		
4. Evidências Integradas do Diagnóstico	5. Diretrizes	6. Horizonte temporal
7. Referência Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
		
8. Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz		

Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2021.

Considerando a relevância que a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta para o desenvolvimento mundial, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também foram adotados como referência para a elaboração das diretrizes do Arranjo 1.

Resultado de um processo global participativo, coordenado pela ONU e que envolveu governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança. Os 17 ODS e as 169 metas de ação global, definidos na Agenda para alcance até 2030, abrangem as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e interrelacionada. É esperado que os países e os governos nacionais, nas diferentes escalas de atuação, incorporem estes ODS nas suas políticas, programas e planos de ação.

Neste sentido, a matriz proposta para elaboração das diretrizes, na sua parte final, apresenta linha (7. Referência Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)), indicando os ODS articulados pelo conjunto de diretrizes por Macro Diretriz. Na última linha da matriz (8. Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz) são retomados de maneira ilustrativa por meio de ícones, as áreas temáticas prioritárias do PDRS que foram articuladas de modo mais representativo na Macro Diretriz.

Com base na matriz apresentada, a elaboração das diretrizes da Microrregião Central Sul envolveu três etapas principais. Na primeira etapa foi construída 1 matriz para cada um dos 4 Eixos Integradores, disponibilizada de modo compartilhado para registro da interação entre a equipe de pesquisadores, contendo as evidências integradas do diagnóstico. Na sequência a equipe de pesquisadores das AT foram divididos em duplas para iniciar a elaboração das macro diretrizes e diretrizes de forma compartilhada com todos os pesquisadores considerando o

modo como cada matriz foi disponibilizada. A subdivisão dos pesquisadores em duplas buscou evitar a elaboração isolada de diretrizes por AT, de forma a estimular a transversalidade entre áreas e orientar a elaboração das diretrizes de modo sistêmico e orientado pelos Eixos Integradores. A produção compartilhada de cada dupla de pesquisadores pela forma como o documento para interação dos pesquisadores foi disponibilizado, permitiu exercitar, desde o primeiro momento, a construção integrada de macro diretrizes e diretrizes por toda a equipe.

Finalizado o preenchimento das matrizes referentes a cada um dos 4 Eixos Integradores, na segunda etapa, foram realizados 4 seminários internos de pesquisa do Arranjo 1 para apresentação, debate e pactuação do conjunto de macro diretrizes e diretrizes previamente elaborados. Nos seminários foi possível também avaliar conjuntamente os marcos temporais definidos para cada Diretriz, bem como os ODS vinculados e AT diretamente envolvidas.

Por fim, a terceira etapa de elaboração das diretrizes envolveu reuniões específicas do Núcleo de Coordenação para revisão, consolidação e complementações do conjunto de macro diretrizes e diretrizes proposta para cada um dos 4 Eixos Integradores do Arranjo 1.

Cabe ressaltar a impossibilidade de debate e pactuação destas diretrizes com os agentes sociais da Microrregião Central Sul em função das limitações impostas pela pandemia do COVID-19, do cronograma da pesquisa DRS, das dificuldades de articulação com os Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), bem como as dificuldades geradas pelas mudanças de membros do CDR em função dos novos gestores municipais. Todavia, conforme explicitado no referencial teórico da pesquisa, é fundamental que esta pactuação ocorra, pois, uma mudança social positiva, não pode ser definida à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios, suas particularidades histórico-geográficas, seus desejos e anseios. O almejado desenvolvimento regional sustentável, com a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, somente poderá ser viabilizado por meio da autonomia coletiva e individual.

3. Macro Diretrizes e Diretrizes do Arranjo 1 para o Plano de Ação do PDRS

As macro diretrizes e diretrizes elaboradas pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, para a Microrregião Central Sul, que visam subsidiar a construção, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES são apresentadas nos 4 Quadros que seguem, organizadas por Eixos Integradores.

Quadro 1: Diretrizes do Eixo Integrador 01 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural

DIRETRIZES MICRORREGIÃO CENTRALSUL		
EIXO INTEGRADOR 01 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL		
MACRO DIRETRIZ:		
1. Fortalecer a gestão dos recursos hídricos e de informações relacionadas e garantir a universalização do saneamento básico com sustentabilidade financeira/regulação e a Educação Ambiental formal e não-formal.		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Situação muito crítica em relação ao balanço hídrico quantitativo e qualitativo em praticamente todas as sedes municipais	1.1 Fortalecer a gestão dos recursos hídricos na microrregião com a priorização da governança do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH/ES); dar visibilidade ao Sigerh junto a sociedade capixaba (cumprimento de suas atribuições – gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos); aprimorar legislação, decretos, resoluções, estrutura de pessoal, escritórios, equipamentos); fortalecimento institucional e dos entes/parceiros tais como AGERH, SEAMA, CBHs, IJSN, ANA.	Curto Prazo
	1.2 Monitorar as disponibilidades hídricas quali-quantitativas.	Curto Prazo
	1.3 Ampliar a rede de monitoramento fluvial de água superficial abrangendo bacias e cursos fluviais importantes.	Curto Prazo
	1.4 Disponibilizar banco de dados com informações sobre a qualidade das águas (superficiais e subterrâneas) dos principais corpos d'águas no Sistema Estadual de Informações em Recursos Hídricos.	Curto Prazo
	1.5 Adequar as demandas às disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade (gestão das demandas).	Médio Prazo

Disponibilidade hídrica (Q90%) classificada como “baixa” com valores inferiores a 3,45%, com exceção para a margem esquerda rio Itapemirim (em direção a Castelo); disponibilidade de água comprometida em quantidade e qualidade para necessidades humanas no período de alta estação do turismo; conflitos de usos pela água no setor rural e urbano; registros de crimes ambientais, como construção de barragens, captação de água sem licença ambiental/ desvio de drenagem, drenagem de áreas alagadas, poluição e supressão de áreas de preservação permanentes.	1.6 Estimar, cadastrar e sistematizar as demandas em quantidade e qualidade, tais como a implementação de outorgas sazonais e sistema automatizado de suporte e decisão quanto à emissão de outorgas.	Curto Prazo
	1.7 Elaborar relatórios trimestrais e anuais de conjuntura dos recursos hídricos referente à quantidade e qualidade para as águas superficiais e dar publicidade.	Curto Prazo
	1.8 Mapear a disponibilidade hídrica de águas superficiais e subsuperficiais indicando os hotspots/áreas críticas para estabelecimento de ações emergenciais.	Curto Prazo
Deficiência hídrica, com destaque para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim (porção centro-sul), Atílio Vivácqua e Mimoso do Sul (porção centro-leste); conflitos de usos da água; crimes ambientais relacionados à abertura de lagoa; ampliação/reforma de represa/barragem; captação de recursos hídricos e irrigação irregular; construção de barragem; construção de	1.9 Capacitar os usuários mais afetados, sobretudo nas áreas rurais, para conservação de água, solo e florestas.	Curto Prazo

<p>barragem em Área de Preservação Permanente (APP); drenagem de brejo; lançamento de efluentes em curso d'água; desvio de curso hídrico; construção de poço escavado; construção de poço escavado em APP. Área expressiva ocupada por pastagens (47,2% da microrregião), com a utilização da prática de queimada como forma de “renovação” do pasto, que intensifica processos de ravinamentos e voçorocamentos extensos; erosão do solo com perda da camada fértil comprometendo a produtividade agrícola e assoreamento dos corpos hídricos (colmatação de vales de forma acelerada).</p> <p>Os usos das águas interiores apresentam conflitos em relação a poluição com substâncias químicas (sobretudo na área rural); poluição por despejo de águas servidas (residências e indústrias); construção de barragens; captação de água sem licença ambiental e desvio de drenagem; drenagem de áreas alagadas; poluição; supressão de APPs.</p>	<p>1.10 Ampliar projetos operantes e/ou executados visando a conservação de água, solo e vegetação, tais como o Projeto Barraginhas, Programa Reflorestar, projetos visando a contenção da erosão do solo.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.11 Realizar campanhas de comunicação e divulgação de boas práticas de conservação do solo e da água.</p>	<p>Curto Prazo</p>

Queda no Índice de Qualidade de Água (IQA) de “BOM” para “RUIM” nos municípios da microrregião e situação a montante das bacias com o predomínio da qualidade “RUIM”.	1.12 Estabelecer metas de redução de cargas poluentes lançadas nos corpos hídricos pelos principais usos setoriais de água (industriais, geração de energia, mineração, aquicultura, navegação, turismo, lazer).	Médio Prazo
	1.13 Universalizar o esgotamento sanitário na microrregião.	Médio Prazo
	1.14 Criar um centro regional com laboratório credenciado para análise da qualidade de águas interiores e costeiras e com atividades frequentes de Educação Ambiental formal e não-formal; no que tange às atividades de análises laboratoriais, pode-se estabelecer parceria público-privada (PPP).	Curto Prazo
Os índices de perdas na distribuição de água são elevados na microrregião, visto que se concentram no intervalo entre 15% a 36%.	1.15 Criar contratos de concessões dos serviços de abastecimento de água com incentivos e foco na redução de perdas (principalmente em Mimoso do Sul).	Médio Prazo
	1.16 Priorizar a setorização dos sistemas de abastecimento (principalmente em Mimoso do Sul).	Longo Prazo
	1.17 Implementar planos de gestão de perdas baseados no conhecimento do sistema, indicadores de desempenho e metas preestabelecidas (principalmente em Mimoso do Sul).	Longo Prazo
	1.18 Aumentar o índice de hidrometração dos diversos sistemas e utilizar hidrômetros de maior precisão (principalmente em Mimoso do Sul).	Médio Prazo
Ausência de critérios comuns para a regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte	1.19 Estabelecer critérios comuns de regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte de forma a adequar as disponibilidades às demandas hídricas (gestão das disponibilidades nas secas e cheias – amortização de cheias a jusante do barramento).	Médio Prazo

(CGHs, PCHs e UHEs ¹) e de estudos integrados do regime hidrológico e balanço hídrico dos locais que possuem barramentos de médio e grande porte.	1.20 Atualizar e aprimorar estudos existentes do efeito cascata nas barragens e corredor fluvial a jusante.	Médio Prazo
Referências conceituais ODS:		
       		
Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:		
     <p>AMBIENTAL TERRITÓRIO SOCIAL ECONOMIA GESTÃO PÚBLICA</p>		
MACRO DIRETRIZ:		
2. Garantir o direito à água de qualidade e acessível para todos.		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Os Planos de Bacias hidrográficas localizadas na microrregião são recentes e aprofundados, apresentam diversos conflitos de usos a serem gerenciados e planos de ações a serem implantados na sua maioria.	2.1 Implementar os planos de ações propostos nos Planos de Bacias.	Longo Prazo

¹ Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs); Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); Usinas Hidrelétricas (UHEs).

<p>O esgotamento sanitário é precário na microrregião: 50% dos municípios da microrregião (Atílio Vivácqua, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta) não apresentam tratamento de esgoto. Com exceção de Jerônimo Monteiro, todos os municípios apresentaram resultados fora do padrão normativo para coliformes totais. Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta não atenderam aos limites normativos para cloro residual em amostras de água para abastecimento da população.</p> <p>Ausência de equiparação dos serviços de saneamento básico entre as zonas rural e urbana como prioridade das políticas públicas na microrregião, bem como a instrução da população da área rural em relação à importância do saneamento básico no local.</p>	<p>2.2 Universalizar o saneamento básico na microrregião, com a equiparação dos serviços entre áreas urbanas e rurais (a regionalização da prestação do serviço, a fim de contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência é uma alternativa proposta pelo novo marco legal do saneamento básico - Lei nº 14.026/2020).</p>	<p>Longo Prazo</p>
	<p>2.3 Garantir saneamento básico como princípio do Sistema Único de Saúde em especial, para população em territórios com maiores concentrações de pobreza, questão racial e de gênero.</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>2.4 Promover a apropriação social do serviço de esgotamento sanitário a ser disponibilizado para a população, com a sensibilização quanto aos riscos relacionados ao consumo de água não potável e quanto aos danos causados ao meio ambiente gerados pelos lançamentos irregulares de esgoto (Educação Ambiental formal e não-formal).</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.5 Implantar sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades que inviabilizam o fornecimento de tais serviços por rede.</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>2.6 Capacitar a população, sobretudo a rural, para o adequado manuseio e manutenção de sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.7 Implementar consórcio de saneamento entre os municípios da microrregião Central Sul.</p>	<p>Curto Prazo</p>

	2.8 Promover controle social democrático e transparência na gestão e regulação dos serviços de saneamento.	Curto Prazo
Dificuldade na universalização do saneamento básico, devido a falhas na regulação e fiscalização de instrumentos de gestão: ausência de marcos legais que instituem a Política Municipal de Saneamento Básico (em Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui) e que aprovelem o Plano Municipal de Saneamento Básico (em Mimoso do Sul) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (em Apiacá, Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim).	2.9 Instituir e regulamentar legalmente as Políticas e Planos municipais referentes ao saneamento básico.	Curto Prazo
	2.10 Instituir e implementar os planos, conselhos e fundos municipais de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de água pluvial e a coleta e tratamento de resíduos sólidos).	Curto Prazo
Baixa sustentabilidade econômico-financeira do setor de saneamento básico na microrregião.	2.11 Estabelecer cobrança (taxa/tarifa) pela prestação dos serviços de saneamento básico compatível com a situação de renda da população.	Curto Prazo
	2.12 Estabelecer legalmente as responsabilidades dos grandes geradores de resíduos, a fim de que arquem com os custos referentes aos resíduos por eles gerados.	Curto Prazo
	2.13 Evitar a isenção do pagamento dos serviços de água e esgoto.	Curto Prazo
Recorrência de inundações na microrregião, com necessidade de atenção para as sedes municipais de Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Mimoso do Sul e	2.14 Incorporar no Plano Diretor Municipal/Plano de Urbanização a indicação das áreas susceptíveis às inundações, restringindo a ocupação ou ampliação de residências nessas áreas.	Curto Prazo

<p>Apiacá. Também merecem atenção as localidades de Prosperidade e Castelinho, no município de Vargem Alta; e Conduru, Itaoca, Gironda e Pacotuba, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Ocorrência de danos à infraestrutura e isolamento de comunidades nos períodos de chuva.</p>	<p>2.15 Implantar Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC (escritórios da defesa civil) em locais estratégicos para eficiência na execução, coordenação e mobilização de todas as ações.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.16 Realizar campanhas de comunicação, divulgação e manuais de defesa civil sobre as áreas de risco.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.17 Criar mecanismos de comunicação entre a Defesa Civil e a população com atualização instantânea.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.18 Excluir do perímetro urbano as áreas não parceladas passíveis de alagamento.</p>	<p>Curto Prazo</p>

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

3. Promover o equilíbrio entre as infraestruturas e as características socioambientais com a geração de benefícios territoriais

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Significativo número de imóveis em situação de risco, conforme a Defesa Civil, principalmente em Muqui, Cachoeiro de Itapemirim e Mimoso do Sul; nas sedes municipais há uma proximidade dos aglomerados subnormais identificados com às áreas de riscos.	3.1 Mapear áreas e infraestruturas suscetíveis a inundações ou outros impactos e riscos ambientais, tais como alagamentos, deslizamentos, rupturas, para auxiliar a gestão do território e permitir o controle social.	Curto Prazo
	3.2 Elaborar plano de ação, envolvendo a Defesa Civil, de forma preventiva e, para situações imprevistas e criar plano de respostas e recuperação com abrangência microrregional, baseado no histórico.	Médio Prazo
	3.3 Verificar fragilidades ambientais e a possibilidade de identificar desvios ou de construir acessos em áreas de menor risco.	Médio Prazo
Supressão de vegetação por queimadas em Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos; UC destituídas de Planos de Manejos ou planos que necessitam de revisão/adequação e Projeto dos Corredores Ecológicos interrompidos.	3.4 Implantar/revisar os Planos de Manejo com a incorporação nos Planos de estruturas para receber visitantes - usos múltiplos no interior das UCs em consonância com o plano de manejo, aprovado pelo conselho gestor da unidade (IEMA, Consórcio PPP).	Longo Prazo
	3.5 Criar novas Unidades de Conservação na microrregião em áreas com vocação, tais como: APA Pico do Serrote (Presidente Kennedy e Atílio Vivácqua); RPPs – sobretudo em Vargem Alta e Castelo; RPPs – no interior do Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó (próximo à localidade de Burarama); APA – Alto Estrelinha (Castelo); ARIE – Santa Cruz (Mimoso do Sul - MS); APA – Complexo Rochoso dos Pontões/Rochedo (Mimoso do Sul); APA – Serra Formosa (Mimoso do Sul); ARIE – Mata da Usina (Mimoso do Sul); ARIE –	Médio Prazo

	Serra Grande/Panamá (Jerônimo Monteiro); Mata do Travessão (Cachoeiro de Itapemirim).	
	3.6 Criar banco de dados para o monitoramento dos focos de queimadas nas áreas de Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos.	Curto Prazo
	3.7 Divulgar amplamente monitoramentos de queimadas e incêndios florestais do Estado.	Curto Prazo
	3.8 Intensificar ações de fiscalização e de Educação Ambiental formal e não-formal.	Curto Prazo
Processos de parcelamento do solo ilegais de formato urbano em áreas rurais, que demonstram a fragilidade do ordenamento territorial e das fiscalizações municipais.	3.9 Estabelecer e revisar os mecanismos de controle/legislação, efetivar ações de gestão territorial e fiscalização nas áreas rurais, em especial quanto aos usos e parcelamento do solo.	Curto Prazo
Presença de atividades econômicas extrativistas de elevada importância financeira, mas também de elevados riscos ambientais. A indústria do mármore e granito, com forte presença na microrregião, é dependente de recursos finitos, não renováveis, demanda alto contingente de água no processo de fabricação das peças, com	3.10 Implementar políticas públicas para a utilização sustentável dos recursos naturais e a normatização do uso econômico de recursos naturais.	Curto Prazo
	3.11 Intensificar a fiscalização pelo órgão ambiental do plano de monitoramento das atividades de extração, verificando os parâmetros monitorados e a periodicidade das amostras, a exemplo da qualidade das águas afetadas pela atividade de mineração; particulados; emissão de ruído, entre outros.	Curto Prazo

custo mensal da água consumida via abastecimento público relativamente baixo (se comparado a estabelecimentos residenciais) e com a presença de efluentes gerados na produção e degradação paisagística.	3.12 Elaborar e implementar programa de conscientização e capacitação das equipes e gerentes de mineradoras.	Curto Prazo
	3.13 Realizar Estudos de Impacto de Vizinhança.	Curto Prazo
	3.14 Fiscalizar a ficha descritiva dos programas de gestão da mineradora.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

4. Potencializar a integração do turismo com a conservação ambiental.

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Potencial para o segmento de observação da fauna e flora, nas reservas naturais da Microrregião Central Sul, com possibilidade de	4.1 Direcionar esforços para o turismo ecológico na microrregião, incrementar o turismo internacional e fomentar e viabilizaras atividades sustentáveis e não predatórias e incentivando a permanência de investidores durante todo o ano.	Médio Prazo

<p>articulação da Fábrica de Pios, a preservação do meio ambiente, a geração de emprego e renda e a valorização da comunidade local. Potencial turístico na microrregião a ser articulado com o eixo praiano (ecoturismo e turismo de aventura).</p>	4.2 Incrementar e aprimorar a qualidade da informação na divulgação das possibilidades de turismo integrado entre os municípios, e entre o litoral e o interior.	Curto Prazo
	4.3 Qualificar/adequar a infraestrutura turística, implementar rotas turísticas capazes de propiciar o conhecimento integrado de bens materiais, imateriais e naturais, interligando diferentes município se valorizando o patrimônio natural e cultural.	Curto Prazo
	4.4 Divulgar roteiros e itinerários integrados.	Curto Prazo
	4.5 Promover mecanismos de compartilhamento do conhecimento sobre as características e particularidades da paisagem cultural e dos recursos naturais da área rural, incentivando o turismo e lazer na escala microrregional.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

5. Desenvolver ações e políticas que prezem pelo sentimento de pertencimento e identidade Microrregional, a partir da valorização do saber e fazer, das práticas culturais e microeconômicas, dos elementos de valor histórico-arquitetônico e das paisagens

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Paisagem cultural e recursos naturais da área rural relevantes e pouco conhecidos, limitado compartilhamento do conhecimento sobre as características e particularidades desses ambientes.</p> <p>Dificuldade de promover um planejamento que considere os atributos locais/microrregionais como possibilidade central para o desenvolvimento.</p> <p>Desigualdade de acesso à informação e carência de valorização da diversidade dos atributos locais/ microrregionais.</p>	<p>5.1 Valorizar a Cultura, as comunidades, saberes e práticas tradicionais como um setor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da microrregião.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.2 Desenvolver ações para a formação e o empoderamento das comunidades tradicionais, com especial atenção às mulheres, negros e jovens, para a ampliação da atuação política e o fortalecimento das redes socio comunitárias.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.3 Promover a equidade no acesso à informação, em especial sobre as características locais associadas às particularidades locais, tais como os saberes, a cultura, a microeconomia, arquitetura, paisagem e história.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.4 Fortalecer os grupos comunitários e incentivar o envolvimento e a participação em ações de interesse comum no âmbito microrregional.</p>	<p>Curto Prazo</p>

	<p>5.5 Realizar mapeamento de informações microrregionais e organizar material de divulgação, com linguagem acessível, por meio de um canal facilitado de trocas e compartilhamento, tais como redes sociais, grupos, redes de solidariedade, websites, entre outros.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Referências conceituais ODS:</p>		
      		
<p>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:</p>		
    		

Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 2: Diretrizes do Eixo Integrador 02 – Enfrentamento das desigualdades socioespaciais

EIXO INTEGRADOR 02 – ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS		
MACRO DIRETRIZ:		
1. Promover a desconcentração ordenada e integrada dos equipamentos culturais, a diversidade socioambiental e o consumo cultural		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
As disparidades verificadas na distribuição dos espaços culturais na Microrregião promovem a concentração de capital cultural nas cidades-polo (Cachoeiro de Itapemirim e Castelo), aumentando as desigualdades entre os municípios.	1.1 Fomentar a criação de espaços culturais alternativos fora das áreas urbanas, e que considere maior equilíbrio entre os municípios.	Curto Prazo
	1.2 Criar espaços culturais formais nas áreas urbanas.	Médio Prazo
	1.3 Criar mecanismos de apoio à permanência de manifestações culturais no âmbito da comunidade.	Curto Prazo
	1.4 Incentivar a realização das manifestações culturais em âmbito regional.	Curto Prazo
	1.5 Potencializar e divulgar as manifestações culturais por meio da criação de calendários regionais integrados.	Curto Prazo

<p>Potencial relacionado à diversidade cultural, ambiental e paisagística da Microrregião, oportunidade de experimentações diversificadas atualmente pouco exploradas e possibilidade de integração com regiões vizinhas, permitindo experiências para além do turismo de balneário no Espírito Santo. A microrregião possui 2 Corredores ecológicos: Corredor Parque Estadual Pedra Azul – Parque Estadual Forno Grande e o Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó;</p>	<p>1.6 Implantar roteiros para a educação ambiental e o ecoturismo nos corredores ecológicos existentes e avaliar a ampliação do Corredor Parque Estadual Pedra Azul – Parque Estadual Forno Grande em direção ao Parque Estadual Mata das Flores em Castelo. (Médio)</p>	Médio Prazo
	<p>1.7 Implantar projetos socioambientais que abranjam atividades de Educação Ambiental com as comunidades do entorno dos Corredores Ecológicos e ao conhecimento tradicional associado da comunidade quilombola da região de Monte Alegre; a conservação in situ da biodiversidade e utilização sustentável de seus componentes.</p>	Médio Prazo
	<p>1.8 Realizar o monitoramento e a fiscalização das áreas ambientais da microrregião, as ações de recuperação de áreas degradadas, a manutenção dos acessos estradas, sinalização e a melhoria da infraestrutura de hospedagem.</p>	Médio Prazo
<p>Carência de espaços capazes de oportunizar a realização das práticas artísticas (teatros, museus, centros de artesanatos, dentre outros) e o convívio social proporcionado pelas atividades culturais distribuídas por todos os municípios.</p>	<p>1.9 Criar espaços públicos multiuso na microrregião capazes de abrigar práticas culturais permanentes.</p>	Médio Prazo
	<p>1.10 Incentivar a produção cultural por meio de políticas públicas específicas, a criação de pontos de cultura para fortalecimento das expressões locais por meio de acesso a mecanismos de fomento.</p>	Médio Prazo
	<p>1.11 Valorizar e divulgar a produção cultural por meio da realização de encontros e eventos regulares para oportunização do convívio e da troca de experiências.</p>	Curto Prazo

<p>Recursos destinados ao Edital de Patrimônio Arquitetônico é insuficiente para a recuperação efetiva do patrimônio tombado e em relação ao número de prêmios disponibilizados pelo FUNCULTURA.</p> <p>Presença de expressões folclóricas diversificadas culturalmente na Microrregião, pouco valorizadas, com carência de incentivos capazes de garantir a permanência das tradições, tanto no âmbito cotidiano das comunidades tradicionais, quanto através de eventos incorporados ao calendário turístico, dando visibilidade às manifestações.</p>	<p>1.12 Ampliar o valor dos prêmios relativos ao patrimônio edificado e rever as condições de repasse, tendo em vista a distinção de natureza entre este e os demais objetos de premiação.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.13 Estabelecer aproximação e parceria entre o governo estadual e a administração municipal para garantia da fiscalização conjunta e a realização de ações de valorização do Patrimônio Arquitetônico e Cultural da microrregião.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.14 Realizar campanhas permanentes de comunicação visando a conscientização e valorização do Patrimônio Cultural da microrregião.</p>	<p>Curto Prazo</p>

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

2. Reconhecer e valorizar a cultura das comunidades tradicionais e priorizar ações afirmativas² de combate às discriminações e desigualdades sociais.

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Presença de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais) na microrregião, com ausência de reconhecimento e regularização fundiária,</p>	<p>2.1 Delimitar, reconhecer e regularizar os territórios das comunidades tradicionais, valorizar e preservar seu patrimônio histórico e cultural por meio das legislações municipais e estaduais.</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>2.2 Desenvolver projetos de habitação de interesse social e qualificação da infraestrutura específicos para esses territórios.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.3 Promover acesso ao amplo conjunto de políticas sociais nestes territórios e implementar ações afirmativas.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.4 Desenvolver ações que garantam a permanência das tradições, tanto no âmbito cotidiano das comunidades tradicionais, quanto por meio de ações incorporadas ao calendário turístico capazes de dar visibilidade às manifestações e festejos locais.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Referências conceituais ODS:</p>		

² Segundo Piovesan (2005, p. 49), as ações afirmativas “constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos”.



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



SOCIAL



TERRITÓRIO



ECONOMIA

MACRO DIRETRIZ

3. Equilíbrio fiscal/econômico microrregional

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>O elevado peso do município polo Cachoeiro de Itapemirim, no PIB da Microrregião (66,5% no ano de 2017), a concentração dos principais serviços nas áreas de educação e saúde e conseqüentemente dos empregos (71,0% dos empregos microrregionais), corroboram com o perfil centralizador da economia local.</p> <p>Produção agropecuária concentrada nos municípios de Castelo e Mimoso do Sul, devido às lavouras de café e à pecuária, apresentam impacto no mercado de trabalho informal em função da sazonalidade e não mecanização da produção.</p>	3.1 Câmara técnica dedicada às questões fiscais e de desenvolvimento econômico microrregional.	Curto Prazo
	3.2 Fórum anual de combate às desigualdades microrregionais.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

4. Incentivar, estruturar e dinamizar uma rede de cidades policompacta, que promova a inclusão socioespacial, potencialize novas centralidades e microcentralidades e articule novas hierarquias microrregionais

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Concentração de atividades especializadas em alguns municípios dificulta o acesso e amplia as distâncias dos deslocamentos, o que resulta em um acesso desigual e na manutenção desta condição, uma vez que áreas mais infraestruturadas tendem a receber mais	4.1 Promover configurações físico-territoriais objetivando novas hierarquias para além do polo regional, qualificando potenciais centralidades e ações de ampliação da infraestrutura e de serviços nas microcentralidades como nós estratégicos da rede de cidades.	Médio Prazo

equipamentos públicos, atualmente, concentrados em Cachoeiro de Itapemirim, com destaque para a Sede municipal, e Castelo, em um grau menor.	4.2 Promover a descentralização, propondo a localização de novas atividades especializadas em municípios estratégicos da microrregião, reduzindo as desigualdades de acesso e as distâncias, de forma a equilibrar demandas por deslocamento e suprir as necessidades da população de modo mais equânime.	Médio Prazo
	4.3 Ampliar e qualificar os acessos viários às microcentralidades (comunidades e distritos rurais) e articular a integração dos meios do transporte coletivo locais e microrregional.	Curto Prazo
	4.4 Ampliar e qualificar a infraestrutura de telecomunicação das microcentralidades e comunidades rurais.	Curto Prazo
Identificação de problemas habitacionais sobrepostos e vinculados a déficit habitacional, presença de moradores em situação de rua/aglomerados subnormais e localização de habitações em áreas de risco.	4.5 Estabelecer prioridades para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais no que tange aos moradores em situação de rua, projetos de reurbanização e regularização fundiária, inclusive para comunidades tradicionais, com implementação dos instrumentos urbanísticos e formação de banco de terras para provisão de moradias.	Médio Prazo
Reduzido número de programas habitacionais destinados à microrregião, o que pode explicar a acumulação de demanda, intensificada com atividades econômicas de grande vulto, no entorno próximo, não acompanhadas por	4.6 Estimular políticas públicas de habitação social em nível municipal, estadual e federal integradas com políticas públicas setoriais, a exemplo das áreas saneamento básico e social.	Médio Prazo

implementação de política pública habitacional.		
Sistema de transporte tratado no âmbito municipal, ou por meio de concessões de linhas intermunicipais e interestaduais, dificultam o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente para população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos	4.7 Qualificar os sistemas de transporte intermunicipal, ampliando o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente à população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.	Médio Prazo
Ausência de instrumentos de planejamento e gestão do território, com especial atenção à inexistência de Plano Diretor nos municípios de Muqui (que possui obrigatoriedade por estar situado em rota turística e por sediar o maior sítio histórico do Estado), Atílio Vivácqua e Apiacá, os quais apresentam significativo número de aglomerados subnormais e população em extrema pobreza. Identifica-se ausência de Plano de Mobilidade Urbana na maior parte dos municípios da microrregião.	4.8 Elaborar planos e ações que promovam a equidade sócio-espacial e ambiental, contemplando todos os municípios da microrregião, priorizando aqueles em que as situações sejam mais emergenciais.	Médio Prazo
	4.9 Elaborar plano microrregional integrado de mobilidade considerando a interdependência entre os municípios.	Médio Prazo
Dificuldade de acesso da população de menor renda e da área rural a serviços, equipamentos públicos e comunitários, tanto cotidianos,	4.10 Otimizar sistemas de transporte, ampliando o acesso da população a serviços, equipamentos públicos e comunitários, principalmente à população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.	Médio Prazo

quanto especializados, devido às condições viárias e ao formato da oferta de transporte, concentrada nas áreas urbanas centrais, e entre centralidades.	4.11 Identificar rotas prioritárias para investimentos viários em pavimentação, em especial nos eixos viários sentido leste-oeste, para melhor conexão entre os municípios do interior e do litoral sul.	Longo Prazo
Baixa urbanidade, principalmente em bairros periféricos e não infraestruturados, com rede viária e sistemas de transporte insuficientes para atendimento cotidiano - ausência de pavimentação e calçadas.	4.12 Revisar e/ou implantar modelos de urbanização mais inclusivos e compactos, principalmente em bairros periféricos ou não infraestruturados, priorizando rede viária e sistemas de transporte inclusivos e de menor custo para a população.	Longo Prazo
Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais ao transporte coletivo - longos percursos a pé ou de bicicleta.	4.13 Implantar desenho viário e/ou sinalização que garanta segurança e permita a utilização de diferentes modais de transporte, bem como a integração modal (ônibus e bicicleta).	Médio Prazo
Isolamento de Apiacá em relação à rede de cidades da Microrregião Central Sul.	4.14 Romper o aparente isolamento de Apiacá e algumas áreas rurais, por meio de melhorias na infraestrutura viária e transporte.	Médio Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:		
5. Fortalecer a democracia		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Enfraquecimento da participação popular na gestão pública, devido à fragilidade na integração das políticas públicas e aos traços do patrimonialismo na estrutura social da microrregião.	5.1 Redesenhar a participação social nas políticas públicas - formulação, implementação, monitoramento e avaliação, propiciando integração de políticas públicas, diversificando e ampliando os atores sociais envolvidos e tornando esses espaços deliberativos no lugar de serem só consultivos.	Médio Prazo
	5.2 Criar mecanismos de participação social nos territórios a partir da gestão dos equipamentos públicos.	Curto Prazo
	5.3 Estimular maior equilíbrio na representatividade (sociedade civil x poder público, homens e mulheres/lgbtqi+, representação de raça e etnia). Assegurar essa lógica também no CDRS.	Curto Prazo
	5.4 Garantir instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.	Médio Prazo
	5.5 Garantir fundo, orçamento e recurso para a área social (principalmente durante e pós-pandemia de Covid-19).	Curto Prazo
	5.6 Necessidade de democratizar o acesso à informação, levando o conhecimento sobre as características microrregionais às escolas desde o ensino fundamental e fomentar a implementação de escolas família agrícola.	Curto Prazo

A falta de estruturação de um processo permanente de planejamento e gestão do território, corrobora para a ausência de controle social sobre o ordenamento territorial e fragiliza os processos de fiscalização urbana.	5.7 Estimular a participação social efetiva nos processos de planejamento, nas decisões relacionadas à implementação e permanente fiscalização de políticas públicas.	Curto Prazo
	5.8 Regulamentar Conselhos e Fundos Municipais de políticas urbanas setoriais.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

6. Integrar políticas sociais, priorizando ações afirmativas

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Falta de integração entre as políticas sociais (modelo de gestão fragmentado e concorrente entre si), considerando o modelo de financiamento e distribuição de recursos, em	6.1 Criar um modelo de integração local e regional entre as políticas da área social considerando as particularidades da microrregião e a interlocução entre as políticas sociais setoriais (assistência social, cidadania, educação, saúde e habitação, entre outras). (C)	Curto Prazo

<p>que os municípios de maior porte, tendem a receber a maior parte dos recursos públicos para a execução dos serviços e no que diz respeito à falta de compreensão e de priorização da área social frente à política de definição de investimentos do Estado e dos municípios.</p>	<p>6.2 Inserir ações afirmativas nas políticas públicas relacionadas a todas as áreas do PDRS definindo interfaces prioritárias.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Referências conceituais ODS:</p>		
		
<p>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:</p>		
 <p>SOCIAL GESTÃO PÚBLICA</p>		
<p>MACRO DIRETRIZ:</p>		
<p>7. Enfrentar a pobreza e desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexualidade com respeito à diversidade e à vida (Macro e diretrizes trazidas da LS)</p>		
<p>Conclusões Integradas do Diagnóstico</p>	<p>Diretrizes</p>	<p>Horizonte temporal</p>
<p>Persistência das situações de pobreza, fortes desigualdades sociais e processos discriminatórios e excludentes, em especial,</p>	<p>7.1 Ampliar o aporte institucional e de financiamento público para medidas/sistemas de proteção social e combate à pobreza.</p>	<p>Curto Prazo</p>

voltados às mulheres, negros, jovens negros e trabalhadores superexplorados agravados com a pandemia da Covid-19.	7.2 Implementar processos produtivos que agreguem os diferentes segmentos da população em seus territórios.	Médio Prazo
	7.3 Enfrentar a cultura do racismo e machismo nos espaços institucionais e educativos.	Curto Prazo
	7.4 Valorizar políticas de juventude e sua manutenção nos territórios por meio do acesso à cultura, educação, saúde, trabalho e à cidade.	Curto Prazo
	7.5 Criar mecanismos de fomento de contrapartidas de grandes produtores em fundos estaduais e municipais específicos de políticas sociais e cidadania.	Curto Prazo
	7.6 Qualificar serviços públicos para a potencialização dos diferentes sujeitos e respeito à diversidade religiosa, de gênero, entre outras.	Curto Prazo
	7.7 Fortalecer a participação de segmentos populacionais excluídos, nas esferas de decisão e gestão de políticas públicas.	Curto Prazo
	7.8 Combater à fome.	Curto Prazo

	7.9 Proteger a infância como portadora de futuro e o envelhecimento saudável.	Curto Prazo
Desvalorização humana e banalização da vida em relação à população negra, mulheres e juventude (somam as piores estatísticas sociais, de violência e violação de direitos)	7.10 Enfrentar todas as formas de higienização das cidades e processos eugênicos, transfóbicos, sexistas, machistas e xenofóbicos com valorização dos sujeitos que compõem o território.	Curto Prazo
	7.11 Elaborar campanhas de enfrentamento ao racismo, machismo, lgbtfobia e sexismo nos espaços públicos e valorizar as mulheres, negros e diversidades nos espaços públicos e de poder.	Curto Prazo
	7.12 Valorizar os grupos étnicos locais nas atividades educativas e culturais.	Curto Prazo
	7.13 Implementar ações afirmativas nos diferentes programas e ações governamentais e potencializar organizações e movimentos sociais que defendem a diversidade e os direitos humanos em espaços democráticos de gestão e nos territórios.	Médio Prazo
	7.14 Fortalecer políticas para a juventude, em especial, periférica, negra e diversa nas questões de gênero, religiosidade, entre outras.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

8. Valorizar a vida e os direitos humanos

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Processos de violência e violação de direitos, com tendência de avanço conforme o crescimento de aglomerados urbanos.	8.1 Garantir a segurança urbana como paradigma do respeito à vida com a valorização da cidade educativa, preservação da diversidade e democratização dos espaços públicos.	Curto Prazo
	8.2 Avançar no processo preventivo com a ampliação de políticas públicas que evitem e reduzam a ação policial coercitiva nos territórios, com fortalecimento de práticas na área social e cultural no “Estado Presente”.	Médio Prazo
	8.3 Ampliar a rede de proteção às vítimas de violência na microrregião, garantido aos municípios de menor porte o atendimento especializado.	Médio Prazo
	8.4 Reduzir a lógica punitivista para jovens pretos periféricos e implantar ações de prevenção e alternativas ao encarceramento deste segmento.	Curto Prazo

	8.5 Fortalecer o sistema de inteligência para enfrentamento à violência e promover maior articulação com sistema de justiça.	Curto Prazo
	8.6 Promover uma rede de proteção social, com base comunitária e educativa para ampliação da cultura e profusão dos direitos humanos.	Médio Prazo
	8.7 Promover processos permanentes de qualificação profissional de servidores e prestadores de serviços para atendimentos às mulheres, negros, idosos, jovens, LGBTQIA+ em situação de risco e vulnerabilidades sociais.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

9. Acesso à educação como direito fundamental universal (Macro e diretrizes trazidas da LS)

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Demanda por ampliação da cobertura da rede escolar em todos os territórios – urbano e rural (da educação infantil ao ensino superior).	9.1 Ampliar a oferta da educação no campo para todos os segmentos da educação básica.	Curto Prazo
	9.2 Ampliar a cobertura da educação infantil.	Curto Prazo
	9.3 Fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos espaços urbanos e rural.	Curto Prazo
	9.4 Ampliar e fortalecer a rede de ensino técnico e tecnológico com cotas, políticas de acesso e permanência por parte do Estado.	Curto Prazo
	9.5 Fomentar políticas de acesso e permanência ao ensino superior para a juventude.	Curto Prazo
	9.6 Desenvolver estudos que articulem a dimensão social e diversidade humana na rede escolar e a implementação de legislação que trate da questão de gênero, diversidade, raça e democracia nos currículos escolares da educação básica.	Médio Prazo
	9.7 Fortalecer e ampliar as escolas família agrícola, valorizando a educação do campo, indígena e quilombola e implantando estruturas regionalizadas para o setor.	Médio Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



SOCIAL

MACRO DIRETRIZ:

10. Garantir territórios saudáveis e sustentáveis (Macro e diretrizes trazidas da LS)

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Demanda pelo crescimento da rede SUS em relação ao atendimento especializado e pelo fortalecimento da atenção básica de saúde.	10.1 Fortalecer as Estratégias de Saúde da Família (ESF) nos espaços rurais e urbanos.	Curto Prazo
	10.2 Ampliar a cobertura de equipamentos regionalizados de saúde com melhor distribuição no território para atender à demanda dos municípios de menor porte e evitar deslocamentos para a Grande Vitória e Cachoeiro de Itapemirim para atendimento hospitalar e especializado.	Médio Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



SOCIAL



GESTÃO
PÚBLICA

Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 3: Diretrizes do Eixo Integrador 03 – Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura

EIXO INTEGRADOR 03 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA E DA INFRAESTRUTURA		
MACRO DIRETRIZ:		
1. Dinamizar a infraestrutura para as atividades econômicas e sociais locais e regionais, visando equidade no desenvolvimento		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Rede logística forma conexões de longa distância, associadas a empreendimentos econômicos de grande porte (porto/indústria/exploração de petróleo/gás/extração mineral).</p> <p>Projetos logísticos atuais preveem atender demandas específicas de grandes setores econômicos.</p>	<p>1.1 Integrar projetos logísticos de transporte previstos e melhorias no escoamento de produtos dos municípios, estruturando a cadeia logística de forma a atender a economia em diferentes escalas.</p>	Médio Prazo
<p>A Ferrovia Centro Atlântica não atende às necessidades logísticas atuais, mas apresenta potencial para assumir novas funções, pois conecta importantes áreas urbanas e históricas no Sul do Estado.</p>	<p>1.2 Estudar as possibilidades de revisão das funções da Ferrovia Centro Atlântica visando que permitam ampliar a integração regional e o uso compartilhado envolvendo cargas e passageiros, favorecendo a economia, a população residente e turistas.</p>	Médio Prazo

<p>Em relação ao planejamento setorial na área de infraestrutura e transporte, a maior parte dos municípios não possui planejamento alinhado à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) na área de transporte.</p> <p>O transporte coletivo de passageiros apresenta diferenças de oferta significativas, tornando o acesso desigual. Em geral, são linhas municipais ou intermunicipais (concessões)</p>	<p>1.3 Promover investimentos permanentes em infraestrutura para o transporte microrregional, os quais podem ser planejados seguindo as recomendações da PNMU, trazendo benefícios sociais e ambientais.</p>	<p>Curto prazo</p>
	<p>1.4 Elaborar Planos de Mobilidade integrados às questões de arborização, da microacessibilidade e da vida cotidiana incentivando a sociabilidade, o pedestrianismo e o ciclismo na microrregião.</p>	<p>Curto prazo</p>
	<p>1.5 Promover a urbanização de vias públicas de forma a oferecer conforto, segurança e atratividade dos modais de transporte mais sustentáveis, preparando e estendendo as redes para o transporte coletivo, transporte ativo e intermodal, tanto urbana quanto rural.</p>	<p>Médio Prazo</p>

<p>atendendo prioritariamente aos núcleos urbanos.</p> <p>Sistema viário e redes de conexão compartilhadas entre fluxos de passagem e urbanos. Entretanto, a microrregião não possui oferta e incentivo ao uso de transportes coletivos, à intermodalidade e multimodalidade.</p> <p>Desenho viário prioriza os deslocamentos motorizados, com baixa qualificação da infraestrutura para modais mais sustentáveis tanto nos deslocamentos intraurbanos quanto rurais. Calçadas com baixa qualidade e ausência de ciclovias.</p> <p>Ausência de Plano de Mobilidade Urbana nos municípios da microrregião, com exceção de Cachoeiro de Itapemirim. Ausência de transporte ativo no caso de curtas distâncias.</p>		
<p>As melhorias realizadas na rodovia ES-164 e na rodovia ES – 375, privilegiam a ligação entre Vargem Alta e Iconha, o que possibilita uma nova ligação entre o</p>	<p>1.6 Facilitar o acesso à microrregião por meio de rodovias federais, estaduais e outras vias estratégicas para a integração entre microrregiões e com outros estados, a exemplo da BR 262.</p>	<p>Médio Prazo</p>

<p>mar e a montanha atraindo, principalmente turistas provenientes de Minas Gerais.</p>	<p>1.7 Reforçar as rotas turísticas e cotidianas, com melhorias em infraestrutura e pavimentação, favorecendo a integração entre os municípios da microrregião com impactos econômicos associados a facilidades cotidianas, turismo, lazer e trabalho.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Microrregião estruturada a partir da BR-101 e rodovias estaduais, que possibilitam ligações principais com Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Rio de Janeiro. Apresenta potencial conexão com a BR-262.</p>	<p>1.8 Potencializar e/ou incentivar rotas de turismo incluindo a zona rural, localidades e sedes municipais que configuram atualmente centros locais, de forma a conectar e valorizar áreas de interesse cultural, paisagístico e ambiental.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Concentração de oferta de telefonia móvel e internet em torno de Cachoeiro de Itapemirim e principais núcleos urbanos, com cobertura insuficiente para a inclusão da população em áreas periféricas e rurais.</p>	<p>1.9 Ampliar a cobertura de telefonia móvel e internet para inclusão da população em áreas periféricas e rurais, garantir a universalização da banda larga, inclusive com redução de custo para ampliar o acesso, facilitando a aquisição de dispositivos adequados.</p>	<p>Curto prazo</p>
<p>Fragilidades da distribuição das infraestruturas de telecomunicações ao</p>	<p>1.10 Instituir redes comunitárias de acesso à internet, principalmente em áreas rurais.</p>	<p>Curto prazo</p>

<p>sul, especialmente em Jerônimo Monteiro, Muqui e Apicá.</p> <p>Instabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais, que impacta também no acesso aos meios de telecomunicação, tais como telefonia móvel e internet.</p> <p>Embora de abrangência restrita, identifica-se o potencial relacionado à diversificação de tecnologias para acesso à internet na microrregião, tais como cabos metálicos, fibra ótica, rádio e satélite; assim como para a telefonia móvel.</p>	<p>1.11 Priorizar investimentos para ampliar a abrangência e qualidade das redes de energia elétrica, internet e telefonia móvel, favorecendo o acesso remoto à informação e reduzindo as demandas por deslocamentos.</p>	<p>Curto prazo</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------

Referências conceituais ODS



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



MACRO DIRETRIZ:		
2. Potencializar a cadeia produtiva do turismo, atender adequadamente à demanda de infraestrutura turística e fortalecer instâncias de governança		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Fragilização do processo de regionalização do turismo na Microrregião, em função da não formalização da adesão dos municípios de Atílio Vivácqua e Apiacá no Mapa do Turismo Capixaba.	2.1 Garantir a implementação de Instância de Governança (IGs) na Região dos Vales e do Café.	Curto prazo
	2.2 Incentivar a adesão dos municípios às respectivas IGs, a fim garantir a equidade nas ações de valorização local.	Curto prazo
	2.3 Incrementar o turismo regionalizado a partir da articulação entre as IGs visando extrapolar os limites de cada Região Turística.	Curto prazo
Baixa classificação do setor hoteleiro na Microrregião Central Sul (inclusive Cachoeiro de Itapemirim) no Mapa Brasileiro do Turismo, situação incondizente com a dimensão do evento internacional realizado no município.	2.4 Implementar sistema de categorização específica da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), adequada à realidade estadual, incentivando a qualificação dos serviços no setor e considerando as especificidades locais.	Curto prazo
	2.5 Incentivar a capacitação, de forma continuada, tanto do empreendedor quanto da mão de obra da cadeia produtiva do turismo (divulgação de cursos gratuitos do Ministério do Turismo - MTur, SEBRAE, SETUR) e prever mecanismos de incentivo à inscrição dos prestadores de serviços junto ao Cadastur/MTur para ampliar a formalização dos serviços no setor turístico.	Curto prazo

	2.6 Incrementar o desenvolvimento turístico regionalizado considerando as vocações específicas dos municípios da microrregião, disponibilizar incentivos para a melhoria dos meios de hospedagem e propiciar infraestrutura adequada à realização de eventos e rotas turísticas.	Médio prazo
	2.7 Implementar selo de certificação para garantia de protocolos de prevenção da COVID-19 (Selo Turista Consciente e Ambiente Responsável /Região Montanhas; Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro/MTur).	Curto prazo
<p>Microrregião com riquezas naturais, paisagens e remanescentes históricos e culturais, potenciais para o desenvolvimento na escala microrregional. Entretanto, as rotas não são facilmente identificadas e as infraestruturas ainda privilegiam fluxos de passagem e atendimento às demandas de setores específicos da economia.</p> <p>Carência de sinalização turística adequada.</p>	2.8 Estudar as possibilidades de criar e/ou otimizar as infraestruturas, de modo a atender não só às atividades econômicas de maior porte, mas também às demandas da população residente e de turistas.	Médio Prazo
	2.9 Incentivar a indicação dos roteiros turísticos com placas de sinalização.	Curto Prazo

<p>Necessidade de incremento ao turismo de aventura, ainda incipiente nos municípios de Jerônimo Monteiro e Atílio Vivácqua, potencializando os atrativos locais e valorizando a vocação já presente para este segmento.</p>	<p>2.10 Visibilizar as potencialidades subaproveitadas turisticamente em municípios fora dos centros polarizadores da microrregião (Cachoeiro de Itapemirim e Castelo), tais como Atílio Vivácqua e Jerônimo Monteiro.</p>	Curto prazo
	<p>2.11 Incluir a juventude local no circuito turístico da microrregião, visando oportunidades para o fortalecimento da cultura local, do meio ambiente e de oportunidades de trabalho.</p>	Curto prazo
	<p>2.12 Fomentar, no turismo de aventura, atividades recreativas com modalidades diversificadas de forma a envolver diferentes faixas etárias de turistas, oportunizando a realização de competições estaduais, nacionais e internacionais, a exemplo do Voo Livre em Castelo.</p>	Curto prazo

Referências conceituais ODS



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



MACRO DIRETRIZ:		
3. Fomentar a cultura da inovação para o desenvolvimento inclusivo e sustentável		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Oportunidade relacionada a presença do Polo IFES Campus Mimoso do Sul, fora do eixo das cidades polo da microrregião Cachoeiro de Itapemirim e Castelo.</p> <p>Fragilidade nos setores de serviços de informação e comunicação, limitam as possibilidades de desenvolvimento do capital intelectual e a inserção de atores locais no campo da inovação.</p>	3.1 Incentivar a realização de parcerias entre os setores públicos e privados para possível implementação de um Hub Criativo na região sul do estado, estudando a possibilidade de implantação fora do polo da microrregião, a fim de estimular a desconcentração dos equipamentos, indicando-se como alternativa de localização, Mimoso do Sul.	Médio Prazo
	3.2 Implantar parcerias entre o Polo IFES - Campus Mimoso do Sul e o Governo Estadual no campo da inovação e incentivar a cultura da inovação junto aos sistemas de educação estadual e municipal.	Curto prazo
	3.3 Proporcionar infraestrutura para o desenvolvimento do “setor de inovação” e promover, de forma contínua, a integração regional, estadual, nacional e internacional das iniciativas de desenvolvimento de inovação.	Longo prazo
	3.4 Implementar uma incubadora de projetos, como meio de potencializar o capital intelectual dos atores locais e os Territórios Criativos para além do município de Cachoeiro de Itapemirim, associados a núcleos digitais para coletivos culturais (como o exemplo do polo de cinema de Muqui) nos territórios periféricos, identificados como áreas de vulnerabilidade social no Programa Estado Presente.	Médio Prazo
Dependência de fontes geradoras de energia elétrica externas à microrregião.	3.5 Priorizar investimentos para o financiamento de projetos que promovam a produção de energia com bases em recursos renováveis, aproveitando as condições ambientais favoráveis, com especial atenção ao fornecimento nas áreas rurais.	Curto prazo

<p>Baixa produção de energia por meio de fontes renováveis</p> <p>Insuficiência no atendimento de energia elétrica, principalmente em áreas rurais.</p> <p>Baixa produção de energia elétrica e redes de alta tensão de Furnas não alcançam todos os municípios da microrregião.</p>	<p>3.6 Implantar sistemas híbridos de produção de energia utilizando linhas de financiamentos disponíveis no BANDES voltados para a Economia Verde.</p>	<p>Curto prazo</p>
<p>Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais aos serviços e equipamentos públicos, acessibilidade comprometida e longos percursos a pé ou de bicicleta.</p>	<p>3.7 Facilitar o acesso às áreas rurais por meio do transporte coletivo, com a possibilidade de modelos que ofereçam integração modal – ônibus e bicicleta – para complementação de percurso.</p>	<p>Curto prazo</p>
	<p>3.8 Utilizar tecnologia da informação para criar rotas para o transporte coletivo, como o utilizado no sistema escolar pela Secretária Estadual de Educação (SEDU).</p>	<p>Curto prazo</p>
<p>Potencial energético relacionado a oferta de gás natural que gera facilidades em múltiplas escalas.</p>	<p>3.9 Avaliar a viabilidade da oferta de gás natural para consumo doméstico e de indústrias.</p>	<p>Curto prazo</p>

Referências conceituais ODS



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



MACRO DIRETRIZ:

4. Promover o equilíbrio no ordenamento territorial e a distribuição da infraestrutura da microrregião

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Identificação de processos de expansão e dispersão urbana residencial e industrial seguindo eixos rodviários em todos os municípios, com presença de extensos perímetros urbanos, principalmente em Castelo e Cachoeiro de Itapemirim.	4.1 Revisar os perímetros urbanos de determinados municípios visando a otimização de infraestrutura, aumento de densidade populacional em áreas efetivamente urbanizadas e o desenvolvimento de zonas de transição entre o urbano e o rural.	Curto prazo
	4.2 Estabelecer maior controle de uso e ocupação do solo, por meio da contenção de processos de urbanização incipiente e o ordenamento da ocupação de terras agricultáveis, fortalecendo o cumprimento da função social da propriedade.	Curto prazo

<p>Problemas habitacionais relacionados à presença de aglomerados subnormais em municípios próximos à cidade polo da microrregião (Cachoeiro de Itapemirim), tais como Muqui e Atílio Vivácqua.</p> <p>Indícios de processo incipiente de conurbação entre Cachoeiro de Itapemirim e Atílio Vivácqua.</p> <p>Alta taxa de imóveis vazios identificada sobretudo em Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Castelo, municípios que apresentam os maiores déficits habitacionais da microrregião.</p> <p>Projetos e atividades industriais de grande impacto em áreas naturais e próximas a ocupações humanas preexistentes.</p> <p>Forte presença de monoculturas, concentração fundiária e riscos associados à expansão de grandes empreendimentos, a exemplo das atividades da Suzano no Sul do estado, especialmente em Cachoeiro de Itapemirim.</p>	<p>4.3 Estimular a implementação de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, previstos nos Planos Diretores, de forma a vincular sua aplicação com a(s) zona(s) de uso específica(s).</p>	<p>Curto prazo</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------

<p>Embora exista uma rede ampla com várias interseções importantes, a forte centralização econômica, dos equipamentos públicos, comunitários e dos serviços no município de Cachoeiro de Itapemirim e algumas sedes municipais interfere diretamente no desenvolvimento da Microrregião, intensifica os deslocamentos e as ligações rodoviárias com a cidade polo.</p>	<p>4.4 Promover a desconcentração de equipamentos e infraestrutura a partir do polo de Cachoeiro de Itapemirim, juntamente com articulações viárias e com infraestruturas que possam ampliar os contra fluxos, visando equidade no desenvolvimento da rede de cidades, principalmente em relação ao sul da microrregião.</p>	<p>Médio prazo</p>
	<p>4.5 Incentivar as microcentralidades a partir da desconcentração de equipamentos comunitários, para fortalecer a integração da rede de cidades e atender as vocações/necessidades de cada município, de forma a promover maior equidade sócio espacial na relação cotidiana de deslocamento.</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>4.6 Incentivar o desenvolvimento de conexões alternativas para o deslocamento entre as microcentralidades da microrregião, sobretudo fortalecendo os setores ambiental e cultural.</p>	<p>Curto prazo</p>
	<p>4.7 Qualificar a infraestrutura de mobilidade de pessoas e cargas de forma compatível às cadeias produtivas dos empreendimentos econômicos regionais e estaduais.</p>	<p>Médio prazo</p>
<p>Mimoso do Sul se apresenta de forma isolada na Microrregião, com relação aos equipamentos públicos, especialmente em relação aos de saúde, mantendo</p>	<p>4.8 Incentivar a desconcentração dos empreendimentos econômicos e a melhor distribuição dos equipamentos e serviços comunitários, muito concentrados em Cachoeiro de Itapemirim, de forma a alcançar maior equilíbrio no território da microrregião.</p>	<p>Médio prazo</p>

<p>características pouco favoráveis de deslocamento.</p> <p>Apiacá e Jerônimo Monteiro apresentam menor interação com municípios da microrregião.</p>	<p>4.9 Estimular e fortalecer novas centralidades ao sul da Microrregião, com características ligadas a serviços, cultura, história e vocação para atividades do ensino superior.</p>	<p>Médio prazo</p>
<p>Referências conceituais ODS</p>		
   		
<p>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes</p>		
    <p>TERRITÓRIO SOCIAL GESTÃO PÚBLICA ECONOMIA</p>		
<p>MACRO DIRETRIZ:</p> <p>5. Promover a valorização e a infraestrutura para o desenvolvimento rural</p>		
<p>Conclusões Integradas do Diagnóstico</p>	<p>Diretrizes</p>	<p>Horizonte temporal</p>
<p>Relevância das atividades rurais na região sul do estado, com dificuldades de acesso físico, tecnológico e da informação, que se apresentam como um fator limitador do desenvolvimento</p>	<p>5.1 Potencializar as atividades rurais existentes por meio da qualificação do acesso físico e virtual, da identificação e da hierarquização das conexões urbanas, com base nas áreas de concentração de atividades e atrativos, a fim de fixar a população no campo e evitar o êxodo rural.</p>	<p>Curto prazo</p>

dos potenciais e da manutenção dos atributos existentes.		
Média de automóveis por habitante acima da média estadual indica a necessidade de investigação da qualidade e do atendimento do transporte local e microrregional. Sobreposição de fluxos humanos e de cargas nas vias entre núcleos urbanos e áreas produtivas e rurais. Desenho viário prioriza tráfego de veículos e mostra-se insuficiente para modais não motorizados, como o transporte ativo.	5.2 Implantar infraestruturas rodoviárias com desenho mais seguro, oferecendo conforto para os deslocamentos entre áreas urbanas e entre áreas urbanas e rurais permitindo o uso de diversos modos de deslocamento, inclusive o transporte ativo.	Médio Prazo
Segregação dos meios de transporte coletivo – municipal, concessões e escolar – e modelo predominante rodoviário, com ausência de integração modal (bicicleta e ônibus, por exemplo).	5.3 Facilitar o acesso às áreas rurais por meio do transporte coletivo, com a possibilidade de modelos que ofereçam integração modal – ônibus e bicicleta (que pode ser transportada junto ao veículo) – para complementação de percurso.	Curto prazo
Potencialidade para o turismo rural, ainda pouco explorado. Existência de escolas família agrícola. Representatividade quantitativa de	5.4 Fomentara agricultura familiar de maneira articulada com as Escolas Família Agrícola e as possibilidades associativas, bem como promover cursos de empreendedorismo para jovens do campo.	Curto Prazo

<p>pequenas propriedades e da agricultura familiar, mas com ocorrência de concentração fundiária.</p> <p>Ocorrência de concentração fundiária, principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivácqua e Mimoso do Sul. Existência de assentamentos do INCRA em Muqui, Apiacá e Mimoso do Sul.</p>	<p>5.5 Incentivar a produção e o turismo rural por meio da melhoria do acesso físico e virtual visando inclusive roteiros para ecoturismo e áreas de valor cênico fora ou no entorno das Unidades de Conservação (UC), sobretudo no interior de corredores ecológicos estabelecidos pelo IBAMA/IEMA.</p>	Curto Prazo
	<p>5.6 Estimular assentamentos do INCRA de modo a reduzir a concentração fundiária e o déficit habitacional rural, oportunizando a desconcentração fundiária.</p>	Médio Prazo
	<p>5.7 Apoiar atividades rurais de escala local de forma a dar incentivo às pequenas propriedades e comunidades tradicionais, promovendo a diversidade de atividades econômicas associadas às culturas agrícolas, a exemplo daquelas de caráter orgânico.</p>	Curto Prazo
	<p>5.8 Viabilizar o financiamento para beneficiamento de produtos da pequena propriedade e agricultura familiar.</p>	Curto Prazo

Referências conceituais ODS



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 4: Diretrizes do Eixo Integrador 04 – Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

EIXO INTEGRADOR 04 – CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL		
MACRO DIRETRIZ:		
1. Valorizar o capital intelectual e promover estruturas organizacionais flexíveis, modernização administrativa, sustentabilidade fiscal e responsabilidade social		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes Específicas/Estratégicas	Horizonte temporal
<p>Os municípios da Microrregião apresentam baixa capacidade de geração de receita própria para financiar as estruturas administrativas do poder executivo e legislativo.</p> <p>Alguns municípios possuem plano com metas definidas para ampliação do uso das TICs na administração municipal, mas nenhum aderiu aos programas existentes de modernização administrativa e tributária.</p> <p>Metade dos municípios da microrregião tiveram despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida acima do que exige o limite de alerta de 48,6%, no ano de 2019.</p>	<p>1.1 Estimular os municípios a aderirem aos programas de modernização administrativa oferecidos pelos bancos públicos, a fim de apoiar projetos de investimento destinados ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração municipal.</p>	Curto Prazo
	<p>1.2 Incentivar ações integradas microrregionais, visando uma política de incremento das receitas próprias, tais como: IPTU, ISS e ITBI.</p>	Curto Prazo
<p>A Microrregião Central Sul posiciona-se próximo da média nacional quanto ao</p>	<p>1.3 Implementar escola de governo microrregional, e promover parcerias com Instituições de Ensino Superior – IES voltadas para a capacitação profissional e a</p>	Curto Prazo

<p>grau de escolaridade dos servidores municipais; contudo, todos os municípios apresentaram média salarial dos seus servidores abaixo da média nacional. Alto percentual dos servidores municipais fora do quadro de servidores estatutários (53,70%), o que representa um grande risco à capacidade institucional, em termos da qualidade dos recursos humanos, em função da alta rotatividade que pode ocorrer.</p>	<p>elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos de interesse governamental.</p>	
	<p>1.4 Realizar processos permanentes de qualificação profissional de servidores municipais e prestadores de serviços para atendimento adequado às mulheres, negros, idosos, jovens em situação de risco.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.5 Revisar os planos de cargos e salários dos servidores municipais.</p>	<p>Curto Prazo</p>

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

2. Melhorar as condições de formalização de empresas

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes Específicas/Estratégicas	Horizonte temporal
Baixa institucionalização/ formalização das micro e pequenas empresas do setor de economia criativa.	2.1 Incrementar incentivos fiscais regionais e estaduais, preferencialmente para micro e pequenas empresas, articulados às potencialidades e sustentabilidade local.	Curto Prazo
	2.2 “Desburocratizar” as condições para a abertura e fechamento de empresas.	Curto Prazo
	2.3 Incentivar parcerias institucionais para a orientação e capacitação da população local quanto à formalização de empresas.	Curto Prazo
	2.4 Incentivar a participação de micro e pequenas empresas da economia criativa em eventos locais ou externos do setor, tais como as feiras temáticas.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

3. Implementar e/ou consolidar os Sistemas Municipais de Cultura e fomentar a produção cultural por meio de políticas públicas.

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes Específicas/Estratégicas	Horizonte temporal
<p>Inconsistência ou inexistência de políticas públicas efetivas para o fomento à cultura, tendo em vista a falta de recursos humanos e de institucionalização do apoio à cultura (equipes reduzidas, predominância de pastas compartilhadas).</p> <p>A ausência de Sistema Municipal de Cultura em alguns municípios, evidencia a precariedade das instâncias de participação social na gestão da cultura, reduzindo a equidade no aporte de recursos destinados ao setor.</p>	3.1 Fornecer infraestrutura de apoio à efetivação de políticas públicas vinculadas ao Sistema Municipal e Estadual de Cultura, ampliar e capacitar o quadro de pessoal destinado à área da cultura.	Médio Prazo
	3.2 Garantir o aporte orçamentário e financeiro para a implementação das políticas públicas de valorização da cultura.	Curto Prazo
	3.3 Estimular a realização de Conferências Municipais de Cultura e, conforme estabelecido no Plano Estadual de Cultura, realizar a Conferência Estadual de Cultura.	Curto Prazo
	3.4 Regulamentar o Sistema Municipal de Cultura, garantindo o funcionamento do Conselho, a instituição do Fundo de incentivo e a elaboração do Plano de Cultura.	Curto Prazo
	3.5 Aderir aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura.	Curto Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

4. Instrumentalizar e implementar mecanismos de planejamento e gestão do território integrado

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes Específicas/Estratégicas	Horizonte temporal
Os Municípios da Microrregião Central Sul participam simultaneamente de dois a três, dos quatro consórcios identificados, sendo o Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Sul do Estado do Espírito Santo - Consul e o Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM POLO SUL os únicos a agruparem todos os 8 municípios da Microrregião.	4.1 Adequar a divisão microrregional às dinâmicas territoriais de maneira flexível e em consonância com critérios multidimensionais.	Médio Prazo

<p>Necessidade de melhoria da eficiência das ações dos governos e coordenadorias municipais de Defesa Civil (COMDEC) nos eventos de inundações/deslizamentos e demais riscos. Devido à carência de informações sobre drenagem e manejo das águas pluviais nos municípios da microrregião, não foi viável a realização de um diagnóstico para fins de planejamento microrregional.</p>	<p>4.2 Atualizar (mapear e cadastrar) informações referentes aos sistemas municipais de drenagem e manejo das águas pluviais.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>4.3 Melhorar a eficiência das ações dos governos e coordenadorias municipais de Defesa Civil (COMDEC) nos eventos de inundações/deslizamentos e demais riscos.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Dificuldade de localização online de alguns Planos Municipais e dos respectivos produtos, bem como das legislações municipais referentes a tais planos, seja na página <i>web</i> das prefeituras ou das instituições que contribuíram na elaboração. Outro obstáculo foi a indisponibilidade de determinadas informações no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS - ano de 2018) referentes aos serviços de saneamento básico prestados nos municípios da microrregião Central Sul.</p>	<p>4.4 Estruturar e qualificar a gestão do saneamento básico com corpo técnico capacitado na área e melhorar o acesso e a sistematização de informação referente ao setor.</p>	<p>Curto Prazo</p>

<p>Planos Setoriais não contemplados por completo em todos os municípios. Ausência e desatualizações de legislações urbanísticas básicas em alguns municípios. Fragilidades quanto à institucionalização e implementação de Conselhos e Fundos em relação aos Planos Setoriais. Apenas Cachoeiro de Itapemirim e Castelo possuem Plano Local de Habitação de Interesse Social.</p>	4.5 Regularizar os Conselhos e Fundos Setoriais que ainda não foram instituídos e/ou não estão em atividade.	Curto Prazo
	4.6 Instituir planos setoriais ainda não implementados e atualizar os existentes, e fomentar consorciações nas políticas setoriais, com vistas à integração microrregional.	Médio Prazo
	4.7 Expandir o suporte técnico do governo do estado ou por meio de ações consorciadas para fomentar a capacidade institucional, inclusive para captação de recursos e adesão a programas federal e estadual, visando política pública habitacional.	Curto Prazo
<p>Ausência de mecanismos de ordenamento territorial em nível microrregional.</p>	4.8 Propor o Macrozoneamento Microrregional, estabelecendo de forma integrada Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), áreas de proteção e preservação ambiental, industriais e do patrimônio cultural, além de potencialidades das áreas rurais e aspectos de cunho histórico e produtivo.	Curto Prazo
	4.9 Publicizar informações e dados sobre a gestão do território e políticas urbanas setoriais.	Curto Prazo
<p>Transporte organizado nos âmbitos municipais e estadual direcionam os fluxos e reforçam centralidades e desigualdade no desenvolvimento microrregional.</p>	4.10 Utilizar a tecnologia para o planejamento de um transporte coletivo facilitado e compartilhado para deslocamentos cotidianos, com abrangência microrregional, regularidade e frequência, adequados às demandas, utilizando programas computacionais que auxiliem na gestão das linhas e acompanhamento dos usuários.	Curto Prazo

<p>A SEDU atualmente utiliza, para o transporte escolar, sistema de gestão tecnológica de frota que é flexível e passível de integração às demandas municipais.</p>	<p>4.11 Monitorar estradas por meio de aporte tecnológico, com produção e compartilhamento de dados em plataforma interativa e atualizada instantaneamente.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Os acidentes são numerosos nas rodovias estaduais da microrregião e não foram encontrados dados sobre a localização e as condições das estradas nos trechos onde ocorrem.</p>	<p>4.12 Monitorar a segurança nas rodovias, com mapeamentos de áreas com maior ocorrência de acidentes.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>4.13 Promover ações para identificação dos motivos de acidentes e implantação de elementos que promovam a segurança nas estradas.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>4.14 Compilar e criar banco de dados sobre estudos e informações gerados por projetos de empreendimentos econômicos geradores de impacto, unificando-os em plataforma digital, permitindo a avaliação e o planejamento microrregional.</p>	<p>Médio Prazo</p>

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:		
5. Fortalecer a Gestão Integrada para o Desenvolvimento Regional Sustentável e a participação do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS)		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes Específicas/Estratégicas	Horizonte temporal
Baixo poder de decisão e comando do governo estadual/municipal sobre as grandes obras e infraestrutura.	5.1 Ampliar mecanismos de planejamento integrado, por meio de órgãos estaduais e definir benefícios mais duradouros com abrangência social para a microrregião.	Curto Prazo
	5.2 Promover um amplo debate social sobre projetos de grandes empreendimentos e incluir avaliação do CDRS acerca dos impactos socioambientais.	Curto Prazo
Instrumentos de planejamento do transporte e da infraestrutura centralizados no âmbito estadual e federal. Grande parte dos municípios integrantes da microrregião não possui Plano de Mobilidade Urbana. Ausência de ordenamento territorial e de política de habitação social em escala microrregional. Com exceção de Cachoeiro de Itapemirim, os demais municípios da microrregião possuem baixa capacidade para implementação de programas habitacionais; contudo, os altos	5.3 Desenvolver ou revisar instrumentos de planejamento e gestão microrregional (transporte, infraestrutura, regularização fundiária, habitação, controle de uso do solo e parcelamento).	Médio Prazo

índices de déficit habitacional são perceptíveis em toda a microrregião.		
Ausência de secretarias estratégicas nos municípios capazes de estabelecer uma integração das políticas urbanas microrregional	5.4 Identificar secretarias específicas e estratégicas por município facilitando a discussão e implementação de políticas públicas regionais integradas.	Curto Prazo
	5.5 Definir prioridades relacionadas à política urbana, a exemplo da Política Ambiental, de Ordenamento Territorial, Saneamento, Habitação Social, entre outras, na estrutura das secretarias municipais, por meio de tratamento multidimensional e de forma coesa.	Curto Prazo
Dificuldade em tratar temas estratégicos regionais e em intensificar processos de participação popular. Pouca capacidade articulatória em sistemas participativos autogestionário e co-gestionários. Segundo o INCAPER, muitos jovens não encontram atrativos no campo. Problemas de acesso à informação, tecnologia e outros meios para o desenvolvimento rural. Potencial relacionado a presença de espaços de produção de conhecimento e novas tecnologias, como a unidade de pesquisa da	5.6 Incentivar Projetos de Extensão Universitária, visando a continuidade e implementação do Projeto DRS, bem como seu monitoramento e avaliação em parceria com o CDRS.	Curto Prazo
	5.7 Criar Escritórios Públicos Regionais (EPR) como suporte técnico operacional ao CDRS para viabilização e articulação de ações microrregionais de implementação do DRS, geridos por agentes públicos e não públicos por meio de sistemas participativos autogestionários e co-gestionários.	Curto Prazo
	5.8 Incentivar o empreendedorismo dos jovens, assessorar o homem do campo quanto aos avanços tecnológicos da produção e capacitar os moradores rurais para ações participativas e de caráter cooperativista.	Médio Prazo

UFES, em Jerônimo Monteiro, o IFES de Cachoeiro de Itapemirim e as instituições de ensino superior privadas.	5.9 Fomentar pesquisas que auxiliem a implementação de formas mais sustentáveis de desenvolvimento microrregional (tecnologias e infraestrutura).	Curto Prazo
	5.10 Criar telecentros voltados para as comunidades tradicionais e áreas de fragilidade social.	Curto Prazo
	5.11 Incrementar mecanismos de parcerias locais, estaduais, nacionais e internacionais para o Desenvolvimento Regional Sustentável da microrregião Central Sul.	Médio Prazo
A maior parte das políticas sociais são pontuais e reproduzem orientações de programas federais - o público é definido em função do projeto enquanto, os projetos é que deveriam ser orientados para atender às demandas do público.	5.12 Implantar equipamentos e políticas sociais integradas com base no Território, considerando as particularidades regionais e a cobertura em áreas rurais para atender às reais demandas da população e suas especificidades locais.	Médio Prazo
Ausência de redes compartilhadas (transportes, rotas, dados georreferenciados do ordenamento territorial, legislações). Dados produzidos sobre a microrregião encontram-se dispersos em plataformas institucionais e, embora existam incentivos por parte do Governo do Estado, por meio de	5.13 Promover a gestão microrregional e compartilhada em relação a transporte, rotas, informações georreferenciadas do ordenamento territorial, legislações e informações de interesses diversos (cultural, social, ambiental, econômico), no estímulo à formação de redes de solidariedade.	Curto Prazo

<p>financiamento, para pesquisas e desenvolvimento tecnológico, compartilhamento não alcança o conhecimento geral da sociedade.</p>	<p>5.14 Criar/ disponibilizar um banco de dados de gestão do território integrada e sob domínio público por meio de plataforma georreferenciada <i>online</i> da microrregião (Plataformas colaborativas/aplicativos).</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.15 Sistematizar e compartilhar os dados sobre avanços tecnológicos nas áreas de telecomunicações, energia, habitação, infraestrutura, gestão, educação, transporte, ferramentas digitais.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.16 Promover a Inclusão Digital e facilitar ao público em geral o acesso às informações, serviços e dados da microrregião.</p>	<p>Curto Prazo</p>

Referências conceituais ODS:



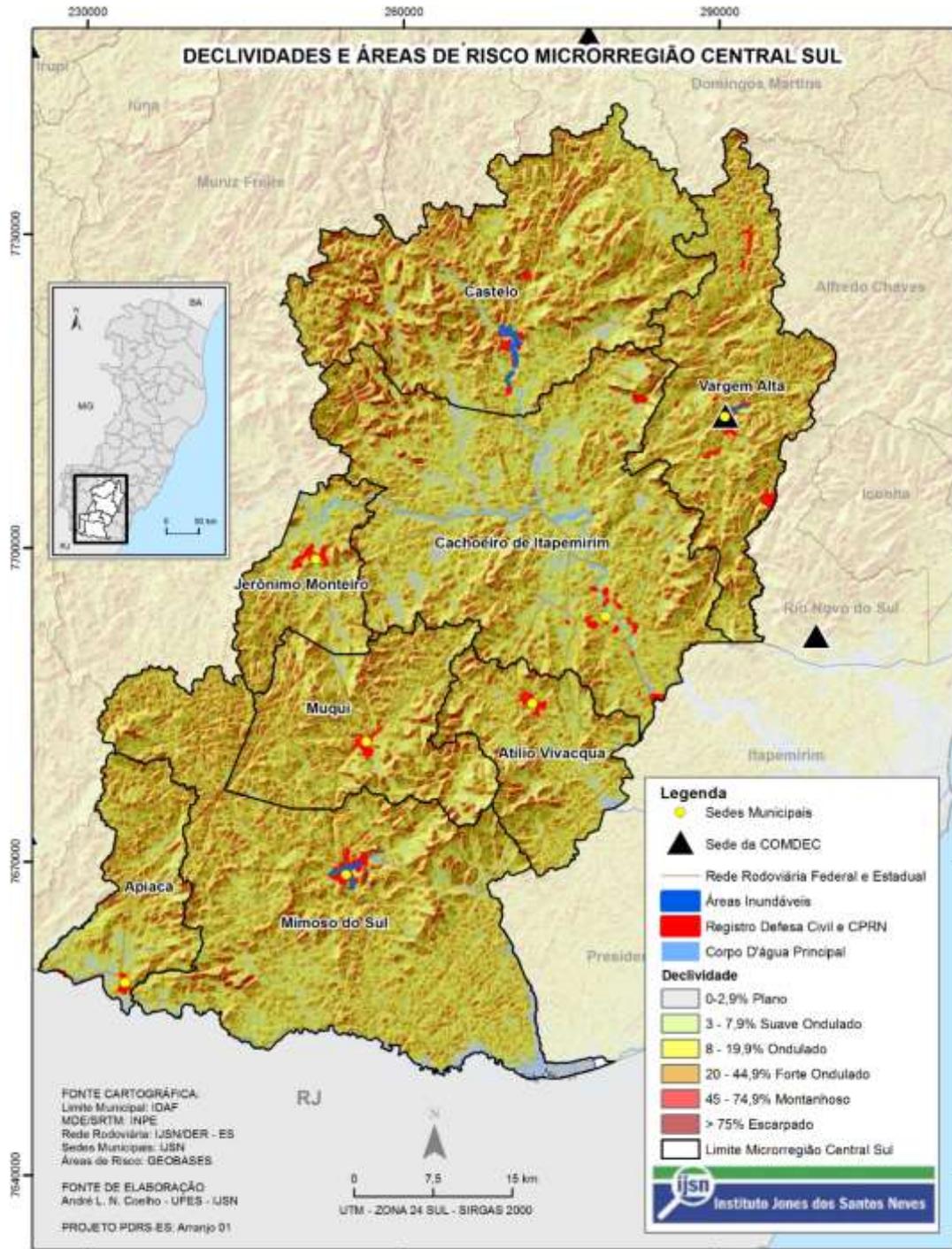
Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Apêndice 1

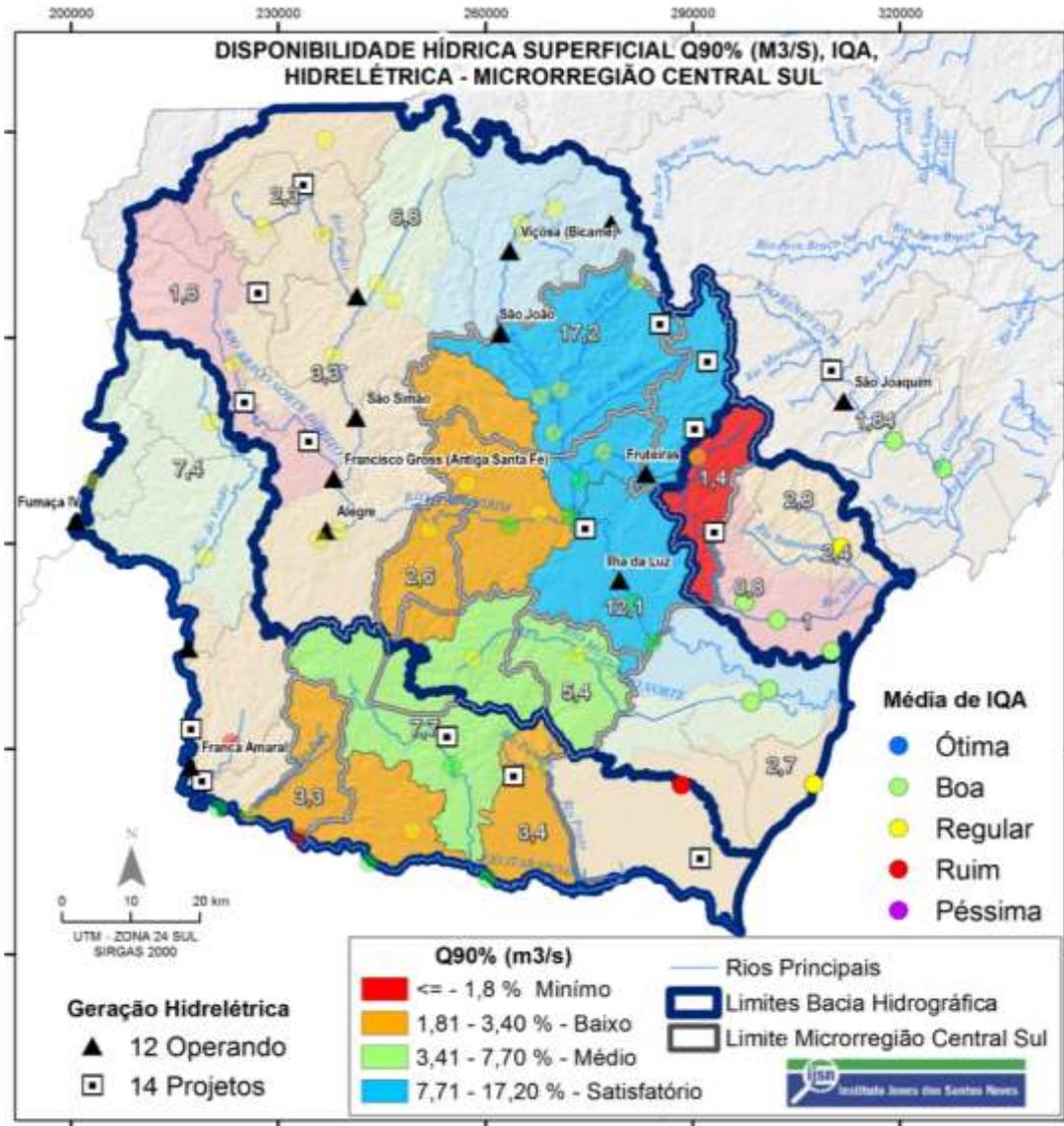
Figura 3: Declividades, áreas de risco com base em imagens e dados da Defesa Civil.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 2

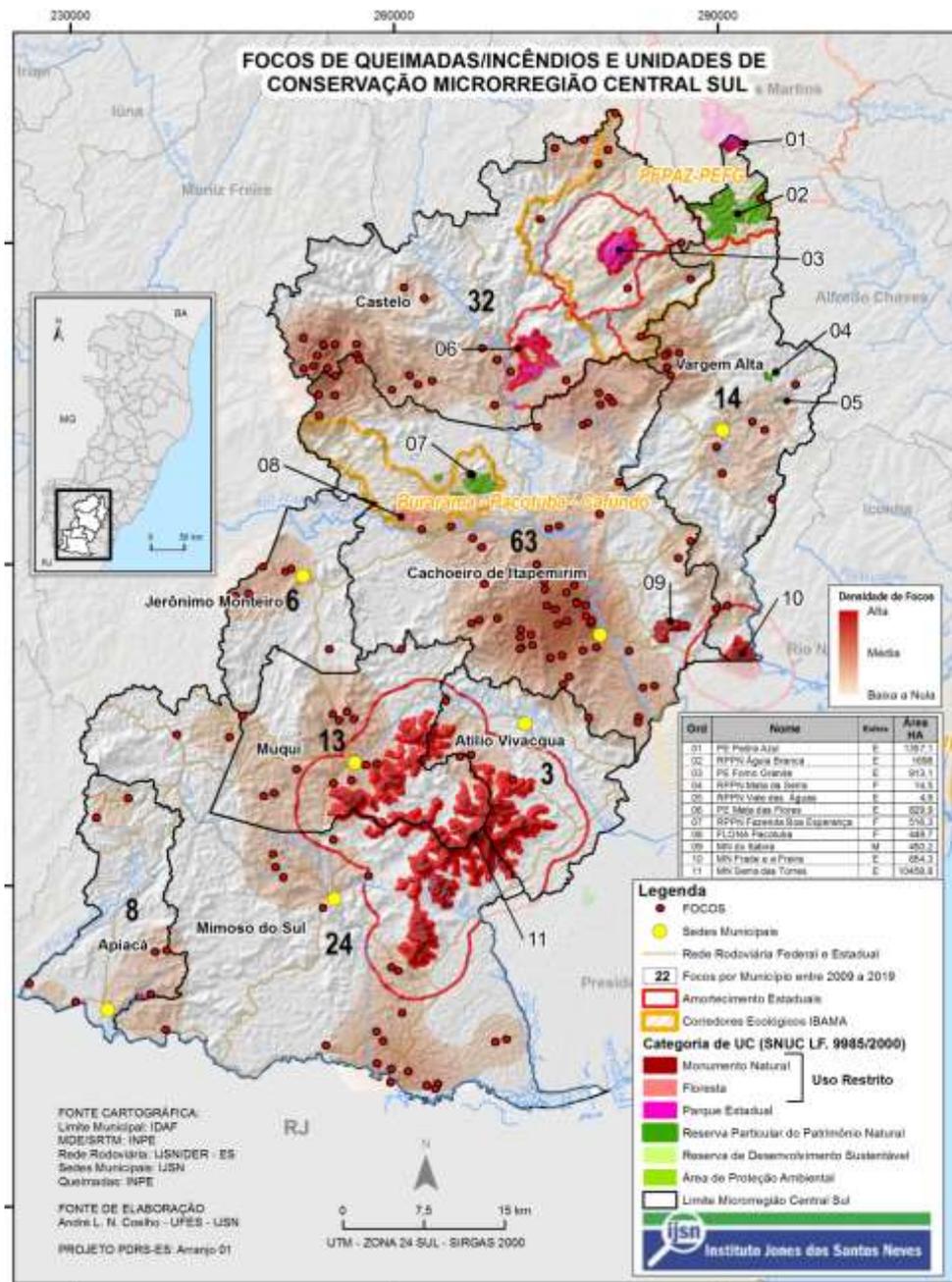
Figura 4: Disponibilidade Hídrica Q90%, Média de IQA e Hidrelétricas.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 3

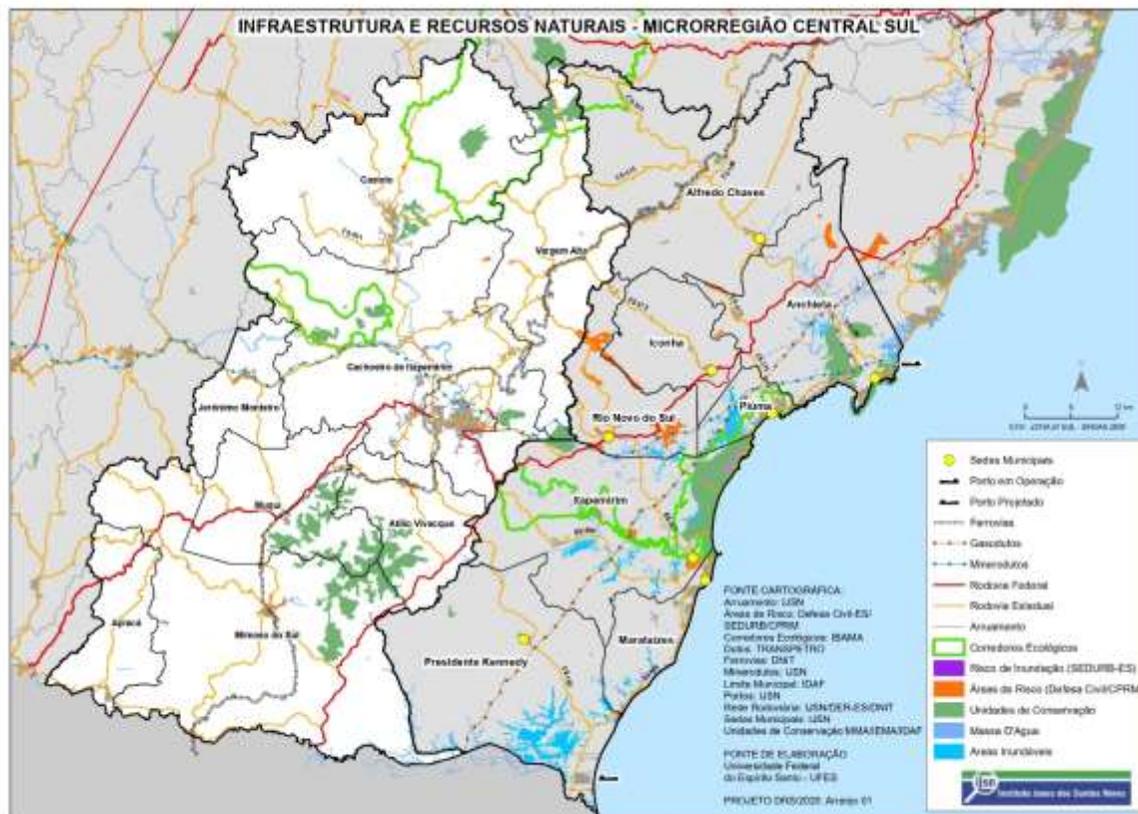
Figura 5: Focos de Queimadas e UCs.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 4

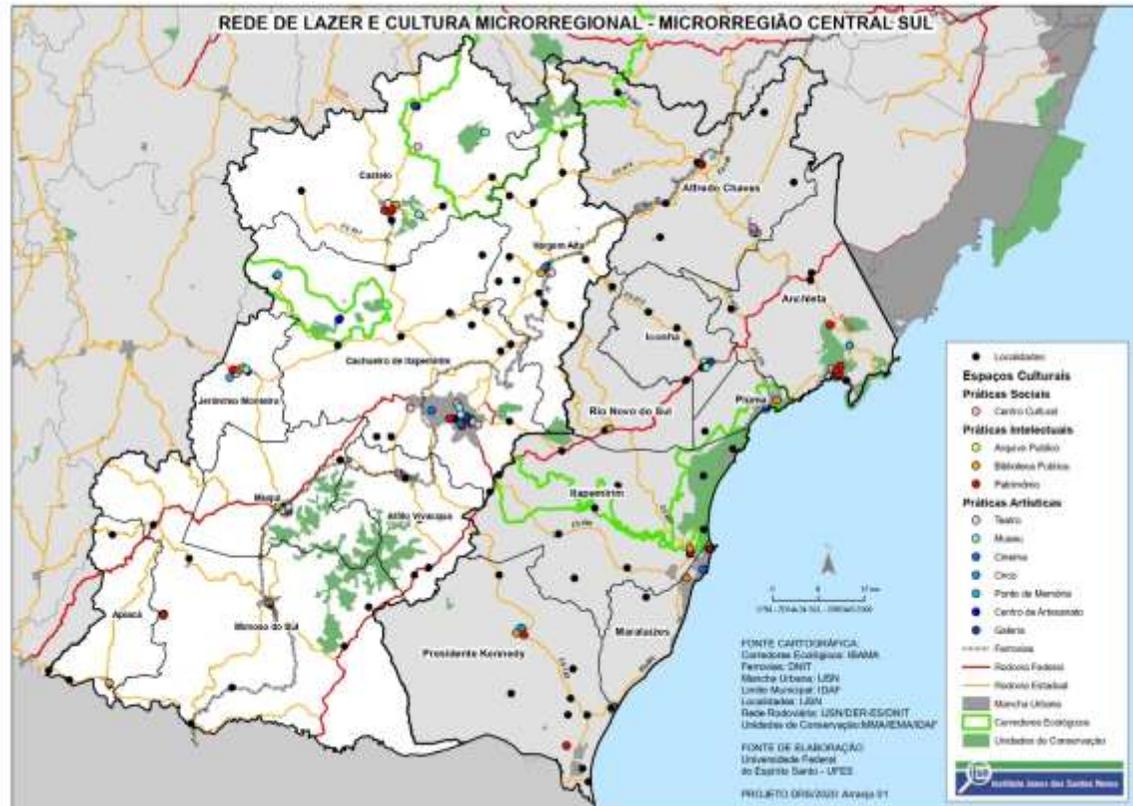
Figura 6: Infraestrutura e recursos naturais.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2021.

Apêndice 5

Figura 7: Rede de lazer e cultura



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2021.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Infrastructure strategy for FY12-15**. Washington D. C.: World Bank, 2012

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 01 mar. 2020.

FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 1, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016, p. 695-704. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00695.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

HAESBAERT, R. **Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora**. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Nota Técnica nº 05 – Sumário Preliminar: Diagnóstico Integrado das Microrregiões**. Vitória: IJSN, 2020a.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Diagnóstico Integrado da Microrregião Central Sul**. Vitória: IJSN, 2020b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Central Sul**. Vitória: IJSN, 2021.

MARTINS, A. M.; FERNANDES, F. S. **Capacidade institucional: concepções e referenciais de análise**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 27, Olinda, 2015. Anais... Olinda, PE: AnPAE, 2015. 1-12 p. 1 CD-ROM.

MINAS GERAIS, Universidade Federal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH**. Relatório Final. Sumário Executivo. Belo Horizonte, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2019.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local**: Algumas Categorias de Análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, Neil. **Homeless / global**: Scaling places. In: *Mapping the futures: Local cultures, global change*. BIRD, J. et al (org.), p. 87-119. New York: Routledge, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly. 2015. Disponível em: . https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E Acesso em: 25 mai. 2021.